



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Protocolo nº 24.021.152-1

Pregão Eletrônico nº 1668/2025

– EDITAL (página 1 de 74)

EDITAL

O ESTADO do PARANÁ, por intermédio da **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL/SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**, torna público que realizará licitação nos seguintes termos:

PREGÃO ELETRÔNICO: 91668/2025comprasgov 1668/2025 gms TIPO: MENOR PREÇO UASG:456793 SRP	Acolhimento/Abertura/Divulgação de Propostas: Até 09 h 00 min do dia 03/06/2026 Início da sessão / disputa de lances: 09 h 10 min do dia 03/06/2026 Será sempre considerado o horário de Brasília (DF) para todas as indicações de tempo constantes neste edital.
--	--

1 OBJETO:

A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços, por um período de 1 ano, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, para futura e eventual aquisição de **produtos para terapia nutricional – Diversos 2, destinados a dar continuidade ao cumprimento de ordens judiciais dos pacientes atualmente cadastrados.**

2 VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO:

O preço global máximo para o presente procedimento licitatório é de **R\$ 839.755,68** (oitocentos e trinta e nove mil, setecentos e cinquenta e cinco reais e sessenta e oito centavos).

3 SISTEMA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

O pregão será realizado por meio do sistema eletrônico de licitações **compras.gov**. O endereço eletrônico para recebimento e abertura de propostas é o **<https://www.gov.br/compras/pt-br>**.

O edital está disponível na *internet*, nas páginas do Portal Nacional de Contratações Públicas **<https://pncp.gov.br>**, **www.comprasparana.pr.gov.br**.

Os trabalhos serão conduzidos pelo(a) pregoeiro(a) **Deise Gebhard** e equipe de apoio **Ana Lucia Giovanella**, designadas pela Resolução/Portaria n.º **1275/2025**, servidores(as) do(a) CPL/SESA.

E-mail: **deise_gebhard@sesa.pr.gov.br**

Telefones: (41) 3360-6745

Endereço: **Avenida Prefeito Lothario Meissner, 350 – CEP 80.210-170, Curitiba / Paraná**

O atendimento será feito no horário das 08h30min às 12 h e das 13h30min às 18 h.

4 ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS:

4.1 ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES:

Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e do Decreto n.º 10.086, de 2022, ou para solicitar esclarecimentos e providências sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido, no prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, em campo específico no sítio eletrônico **<https://www.administracao.pr.gov.br/compras>** pelo qual serão respondidos os esclarecimentos solicitados, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.



4.2 RECURSOS E CONTRARRAZÕES:

As razões de recurso e as contrarrazões poderão ser enviadas exclusivamente por meio eletrônico, observando as regras dispostas no item 9 das Condições Gerais deste Edital;

4.3 DISPONIBILIDADE DOS AUTOS:

No curso da licitação, os autos do processo licitatório estarão à disposição dos interessados no sistema E-Protocolo no site <https://www.eprotocolo.pr.gov.br>, devendo os interessados apresentarem requisição de acesso ao protocolo via sistema.

5 CONDIÇÕES DA LICITAÇÃO:

5.1 A licitação e a contratação dela decorrente são reguladas pelas condições específicas e gerais do pregão e pelo disposto nos demais anexos do edital.

5.2 É vedada a participação do órgão ou entidade em outra ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade da ata decorrente da presente licitação, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto neste edital.

5.3 A licitação será regida pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 2022, pela Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, bem como as suas devidas alterações.



CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO PREGÃO

1 CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS: PREÇO MÁXIMO

Encerrada a fase de lances, após a negociação, serão desclassificadas as propostas que permanecerem acima dos valores unitários máximos e totais máximos fixados neste Edital.

2 CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

2.1 Na fase de disputa, o critério de aceitabilidade de preços no sistema de compras eletrônicas é o **valor unitário**, fixado no Termo de Referência, **Anexo I** deste Edital.

2.1.1 Os valores que permanecerem acima do(s) valor(es) unitário(s) máximo(s) do(s) lote(s), nesta fase, serão desclassificados.

2.2. O julgamento das propostas será realizado de acordo com critério de **MENOR PREÇO**.

2.3 Encerrada a fase de lances, após a negociação, as propostas que permanecerem acima do(s) valor(es) unitário(s) máximo(s) do(s) lote(s), serão desclassificadas.

3 PRAZO MÍNIMO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS:

O prazo de validade das propostas, que deverá constar no Descritivo das Propostas de Preços (Anexo III), não poderá ser inferior ao fixado neste edital.

4 PROPOSTA PARCIAL:

4.1 Não será permitido ao licitante oferecer proposta parcial.

5 RESERVA DE LOTES PARA ME E EPP:

Somente poderão participar da disputa do(s) lote(s) **2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 17 e 18**, as empresas que se enquadrem na condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, conforme o disposto no art. 48, incisos I e III, da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

As empresas que não estejam enquadradas na condição de microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, poderão participar dos demais lotes classificados como de ampla concorrência.

Se a ME, a EPP ou a MEI for vencedora do(s) lote(s) reservado(s) e do(s) lote(s) de ampla concorrência, a contratação deverá ocorrer pelo menor preço.

Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei n.º 11.488, de 2007, e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar n.º 123, de 2006.

6 AMOSTRA:

Será exigida do arrematante amostra do(s) objeto(s) licitado(s), na forma do item 1.5 do Termo de Referência (Anexo I).

7 CONSÓRCIO:

7.1 Não será permitida a participação de empresas em regime de consórcio, conforme justificativa técnica e econômica constante do procedimento administrativo.



8 ANEXOS:

- Anexo I – Termo de Referência;
- Anexo II – Documentos de Habilitação;
- Anexo III – Modelo de Descritivo da Proposta de Preços;
- Anexo IV – Modelo de Procuração;
- Anexo V – Modelo de Declaração;
- Anexo VI – Órgãos/Entidades Participantes e Locais de Entrega;
- Anexo VII – Minuta da Ata de Registro de Preços;
- Anexo VIII – Anexo à Nota de Empenho;
- Anexo IX – Modelo de Declaração de enquadramento ME/EPP.
- Anexo X – Declaração LGPD.



CONDIÇÕES GERAIS DO PREGÃO ELETRÔNICO

1 A REALIZAÇÃO DO PREGÃO

1.1 O pregão será realizado por meio eletrônico, no sistema de compras eletrônicas do Governo Federal, na página <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

1.2 O pregão será conduzido por servidor(a) público(a) denominado(a) pregoeiro(a), mediante a inserção e o monitoramento de dados gerados ou transferidos para o sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

1.3 O(a) pregoeiro(a) exercerá as atribuições previstas no artigo 4.º do Decreto n.º 10.086, de 2022.

1.4 Para acesso ao sistema de compras eletrônicas, os interessados deverão se credenciar e obter chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual <https://www.gov.br/compras/pt-br>, conforme instruções que podem ser obtidas na página <https://www.gov.br/compras/pt-br> ou, ainda, por meio dos telefones **0800.978.9001** para Capitais e Regiões Metropolitanas e **0800.978.9001** para demais localidades (suporte técnico).

1.4.1 O credenciamento do interessado e de seu representante junto ao sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual <https://www.gov.br/compras/pt-br> implica a sua responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

1.5 Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

2 EXIGÊNCIAS PARA PARTICIPAÇÃO

2.1 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que apresentem os documentos exigidos para habilitação.

2.2 Os interessados em participar do pregão devem dispor de chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas, nos termos do Item 1 - Das Condições Gerais do Pregão Eletrônico.

2.3 Não poderão participar desta licitação pessoas físicas ou jurídicas que:

2.3.1 tenham sido declaradas inidôneas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em qualquer esfera da Administração Pública;

2.3.2 constituíram as pessoas jurídicas que foram apenas conforme item 2.3.1, enquanto perdurarem as causas das penalidades, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

2.3.3 tenham sócios comuns com as pessoas jurídicas referidas no item 2.3.2;

2.3.4 não funcionem no País, se encontrem sob falência, dissolução ou liquidação, bem como as pessoas físicas sob insolvência;

2.3.5 mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.3.6 o servidor ou dirigente de órgão ou entidade estadual, bem como a empresa da qual figurem como sócios, dirigentes ou da qual participem indiretamente.

2.3.6.1 Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista.

2.3.7 As pessoas físicas e jurídicas de que trata o art. 14 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

2.4 A participação nesta licitação implica aceitação das condições estabelecidas no edital e na legislação aplicável.

2.5 Além destas condições gerais, deverão ser obedecidas as exigências específicas de participação fixadas no edital.

2.6 O(a) pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.



3 PROPOSTA INICIAL

3.1 Antes de postar a proposta comercial em formulário eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas:

3.1.1 o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e demais condições previstas neste edital;

3.1.2 a sua condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou de microempreendedor individual para usufruir dos benefícios da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

3.2 A proposta de preço inicial deverá ser enviada por meio de formulário eletrônico no sistema de compras eletrônicas observados o prazo e os critérios de disputa estabelecidos neste edital.

3.2.1 A proposta registrada poderá ser alterada ou desistida até a data e hora definida no edital. Após o prazo previsto para acolhimento das propostas, o sistema eletrônico não aceitará inclusão, alteração ou desistência da(s) proposta(s).

3.3 Nos termos do Convênio ICMS n.º 26/2003- CONFAZ, quando se tratar de operação interna, os licitantes beneficiados com a respectiva isenção fiscal devem apresentar as suas propostas e lances de preços com o valor líquido, ou seja, sem a carga tributária do ICMS.

3.3.1 Os estabelecimentos enquadrados no Regime Fiscal do Simples Nacional não estão abrangidos pelo disposto no item 3.3, devendo apresentar proposta de preços com a carga tributária completa.

3.4. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo(a) pregoeiro(a), sendo que somente estas participarão da fase de lances.

3.5 O(a) Pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas, inclusive quanto à exequibilidade, e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

4 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1 Valor unitário e total do item;

4.1.2 Marca;

4.1.3 Fabricante;

4.1.4 Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.

4.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.

4.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

4.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5 O prazo de validade da proposta não será inferior a 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.6 As ofertas de propostas dos licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste Edital.

5 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2 O(a) Pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

5.2.1 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Protocolo nº 24.021.152-1

Pregão Eletrônico nº 1668/2025

– EDITAL (página 7 de 74)

tempo real por todos os participantes.

5.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

5.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5.1 O lance deverá ser ofertado de acordo com o critério de disputa fixado no item 2 Das Condições Específicas deste Edital.

5.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **0,01 (um centavo de real)**.

5.9 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.10 A etapa de lances da sessão pública terá duração de **10 (dez) minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.11 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de **2 (dois) minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.12 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

5.13 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

5.14 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.15 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.16 No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.17 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) pregoeiro(a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas, no mínimo, vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.18 O Critério de julgamento adotado será o **menor preço**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

5.19 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.20 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas, as empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

5.21 Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.22 A ME, EPP ou MEI melhor classificada, nos termos do item anterior, terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.



5.23 Caso a microempresa, a empresa de pequeno porte ou o microempreendedor individual melhor classificado desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes na condição de ME, EPP ou MEI que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.24 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.25 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.26 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei n.º 14.133, de 2021.

5.27 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

5.28 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o(a) pregoeiro(a) deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

5.28.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.28.2 O(a) pregoeiro(a) solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.28.3 É facultado ao(a) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo previsto no item 5.28.2.

5.29 Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

6.1 Encerrada a etapa de negociação, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no art. 95 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

6.2 O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V da citada Instrução, sob pena de desclassificação.

6.3 Será desclassificada a proposta, ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao(s) preço(s) máximo(s) fixado(s), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

6.3.1 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

6.4 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

6.5 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

6.6 O(a) Pregoeiro(a) poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, sob pena de não aceitação da proposta.

6.6.1 É facultado ao(a) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.



6.6.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo(a) Pregoeiro(a), destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico.

6.6.3. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.6.3.1 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.6.3.2 Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

6.6.3.2.1 Lotes- 4, 9, 12, 13, 15 e 16- O interessado deverá entregar para análise 01 (uma) unidade da embalagem do produto original fechada, lacrada e sem uso, considerando a embalagem usual do mercado (ex: uma lata, um pacote, uma caixa), conforme especificações técnicas do item 1.2 do termo de referência. Todas as amostras devem estar acompanhadas de descritivo técnico/ficha técnica correspondente ao produto, a qual deve estar atualizada e em estrita conformidade com o Registro/Notificação ANVISA.

6.6.3.3 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo(a) Pregoeiro(a), ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.6.3.4 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o(a) Pregoeiro(a) analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

6.6.3.5 Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

6.6.3.6 Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo de **90 (noventa) dias**, após o qual poderão ser descartadas ou incorporadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

6.6.3.7 Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

6.7 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.8 Havendo necessidade, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no *chat* a nova data e horário para a sua continuidade.

6.9 O(a) Pregoeiro(a) poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

6.9.1 Também nas hipóteses em que o(a) Pregoeiro(a) não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

6.9.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.10 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

6.11 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) Pregoeiro(a) verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.



7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio de sistema eletrônico, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço final proposto, até a data e o horário estabelecidos pelo pregoeiro.

7.2 O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

7.3 Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem no sistema de registro cadastral unificado disponível no **Sistema de Fornecedores da União (SICAF)** ou do Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, desde que os referidos documentos estejam atualizados, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

7.4 As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

7.5 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.6 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.

7.7 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

7.8 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do(a) pregoeiro(a) e para acesso público após o encerramento do envio de lances fechados.

8. DESCRITIVO DA PROPOSTA

8.1 A proposta deverá ser formulada de acordo com o valor final da disputa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, assinada por meio eletrônico com uso de certificação digital ICP-Brasil, pelo representante legal do licitante (ou seu procurador devidamente qualificado) e deverá conter, de acordo com o modelo definido neste edital, a identificação da licitação, o CNPJ e o nome empresarial completo do licitante, a descrição do produto/serviço oferecido para cada item e/ou lote da licitação; o valor global, os preços unitários e globais por item e/ou lote, cotados em moeda corrente nacional; e o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior ao estabelecido no edital.

8.1.1 A proposta definitiva deverá observar os preços unitários máximos da planilha de composição de preços fixada pelo edital e seus anexos, sob pena de desclassificação, inclusive quando o(s) lote(s) reunir(em) itens diversos e independente do critério de disputa.

8.1.2 As empresas beneficiárias do disposto no Convênio ICMS n.º 26/2003 – CONFAZ (item 3.3) deverão, de forma expressa e obrigatoriamente, indicar em sua proposta o preço onerado e o preço desonerado (o qual deve ser igual ou menor ao preço do arrematante), discriminando o percentual de desconto relacionado à isenção fiscal.

8.1.2.1 Para o licitante abrangido pelo benefício de que trata o item 3.3, e que participar da licitação com o preço desonerado do ICMS (preço líquido), a soma do preço proposto (preço líquido) com o valor do respectivo imposto não pode ultrapassar o valor máximo estabelecido no edital. Caso esta soma ultrapasse o máximo previsto no edital, o(a) pregoeiro(a) desclassificará a proposta.

8.1.3 Constatado erro de cálculo em qualquer operação, o(a) pregoeiro(a) poderá efetuar diligência visando sanar o erro ou falha, desde que não alterem a substância da proposta, do documento e sua validade jurídica.

8.1.4 Os preços deverão ser cotados em reais, com até duas casas decimais após a vírgula. Serão desconsiderados os valores depois da segunda casa decimal após a vírgula.

8.2 Nos termos do §1º do Art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, o licitante deverá declarar, sob pena de desclassificação, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme Anexo III.



9. OS RECURSOS

9.1 Qualquer licitante poderá, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas, manifestar de forma imediata e motivada a intenção de recorrer, sob pena de preclusão, em relação às fases de julgamento e habilitação, possuindo o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais após a formalização do término da etapa que antecede a adjudicação.

9.1.1 As razões recursais devem ser apresentadas exclusivamente por meio eletrônico e com uso de certificação digital ICP-Brasil.

9.1.2 Os demais licitantes ficarão desde logo intimados para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de 3 (três) dias úteis contados do término do prazo de apresentação das razões do recorrente, exclusivamente por meio eletrônico e assinadas com uso de certificação digital ICP-Brasil.

9.2 A não apresentação das razões recursais no prazo fixado implicará a decadência do direito de recorrer.

9.3 As razões e as contrarrazões de recurso que não forem apresentadas conforme o disposto nos itens anteriores, ou subscritas por representante não habilitado ou não credenciado para responder pelo licitante, não serão conhecidas pelo(a) pregoeiro(a).

9.4 Os autos do processo de licitação poderão ser acessados pelos interessados no sistema E-Protocolo no site <https://www.eprotocolo.pr.gov.br>.

9.5 O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

10. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

10.1 Examinada a aceitabilidade da proposta, a regularidade e a habilitação do licitante vencedor, bem como a análise técnica referente às amostras, quando exigidas, o procedimento licitatório será encaminhado pelo(a) pregoeiro(a) à autoridade máxima para adjudicação e homologação.

10.2 Será permitida a adjudicação e a homologação parcial do procedimento licitatório, quando o seu objeto possuir mais de um lote.

11 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1 Homologada a licitação pela autoridade competente, o(a) **CGOV/SESA** convocará o(s) adjudicatário(s) para assinar a Ata de Registro de Preços, por meio eletrônico com uso de certificação digital ICP-Brasil, pelo representante legal do licitante (ou seu procurador devidamente qualificado), no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, prorrogável uma vez, pelo mesmo prazo, desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

11.1.1 O não atendimento à convocação, a recusa ou o silêncio do adjudicatário convocado para assinatura da Ata de Registro de Preços, implicará desclassificação do certame, sem prejuízo das sanções previstas em lei e no item 13 deste Edital.

11.2 Será incluído na Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens com os preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, com objetivo da formação de cadastro reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata, observadas as condições previstas neste Edital, e o disposto no §4º do Art. 298, nos incisos II, IV e V do art. 305, no inciso III do art. 306, e no art. 311, todos do Decreto n.º 10.086, de 2022.

11.2.1 Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar assinar a ata de registro de preços nos termos do § 5.º do Art. 298 do Decreto n.º 10.086/2022, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da ata nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

11.3 O prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas, será de 1 (um) ano, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos.

11.4 Os licitantes reconhecem, desde já, que a assinatura da Ata de Registro de Preços, do(s) Contrato(s), ou retirada(s) da(s) nota(s) de empenho emitidas (ou documento equivalente), representam compromisso entre as partes, submetendo-as ao cumprimento do objeto licitado, nos prazos e condições constantes neste Edital e na legislação vigente.



11.5 No interesse da Administração, e em conformidade com o art. 314 do Decreto nº 10.086, de 2022, será possível a adesão à Ata de Registro de Preços, **conforme previsto no Anexo VII deste Edital.**

11.6 Para a assinatura da Ata de Registro de Preços, o vencedor do certame deverá estar credenciado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná – CAUFPR, e apresentar comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo adjudicatário durante a vigência da Ata de Registro de Preços e do contrato.

11.7 A Administração poderá revisar os preços registrados, mediante comprovações e justificativas, obedecendo o disposto nos artigos 301 a 303 do Decreto Estadual nº 10.086, de 2022, bem como deverá proceder à atualização desses preços nos termos do art. 304 desse Regulamento Estadual.

11.7.1 A revisão e a atualização dos preços registrados na Ata depende de autorização da autoridade competente, devendo o órgão gerenciador promover as respectivas modificações, compondo novo quadro de preços registrados e disponibilizando-os no *site* oficial.

11.7.2 A atualização dos preços registrados será feita a partir da aplicação do índice **IPCA/IBGE**, tendo por termo inicial a **data do orçamento estimado 19/02/2026** e desde que decorrido **1 (um) ano** desse marco temporal. Para as atualizações subsequentes à primeira, o termo inicial é contado do término do prazo inicial que motivou a primeira atualização.

11.7.2.1 O reajuste dos preços depende de pedido do fornecedor do item registrado, que deve ser protocolado até **trinta dias** antes do fim do período acima enunciado.

11.7.2.2 O transcurso do período citado no item 11.7.2.1 sem o requerimento do fornecedor implica preclusão.

12. CONTRATO, RECEBIMENTO E PAGAMENTO

12.1 O adjudicatário será notificado para assinar o contrato ou retirar a nota de empenho (ou documento equivalente) no prazo de **5 (cinco) dias úteis** dias úteis, prorrogável a critério do órgão ou entidade contratante, sob pena de decair do direito à contratação e incidir nas penalidades previstas neste edital.

12.2 Para a assinatura do contrato ou retirada da nota de empenho, o adjudicatário deverá estar credenciado no Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, para a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

12.3 Antes da assinatura do contrato, a Administração realizará consulta ao Cadastro Informativo Estadual – Cadin Estadual, haja vista a vedação contida no art. 3º, inc. I, da Lei Estadual nº 18.466, de 2015.

12.4 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor dos dados da conta corrente junto à instituição financeira Contratada pelo Estado, conforme o disposto no Decreto Estadual nº 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas na mesma norma.

12.5 Se o adjudicatário não apresentar as comprovações dos itens 12.2 e 12.4 ou se recusar a assinar o contrato ou retirar a nota de empenho, a Administração Pública poderá revogar a licitação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, e no Decreto Estadual nº 10.086/2022, ou ainda, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas pelo licitante vencedor.

12.5.1 A recusa injustificada do adjudicatário ou a justificativa não aceita pela Administração, implicará a instauração de procedimento administrativo autônomo para eventual aplicação de sanções administrativas.

12.5.2 Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 12.5, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

12.6 A entrega, o recebimento do objeto da licitação e os pagamentos serão efetuados no local, nos prazos e na forma estabelecida nos anexos deste edital.

12.7 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;



VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

12.8 Antes de cada pagamento, a Contratante deverá realizar consulta no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviço - GMS para verificar a manutenção das condições de habilitação definidas neste edital.

13 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

13.2. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

- a) multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Estadual 10.086/2022;
- b) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Estadual 10.086/2022;
- c) multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Estadual 10.086/2022;

13.3. O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Estadual 10.086/2022.

13.4. A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratante.

13.4.1. A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

13.5. Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

13.6 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022. e na Lei n.º 20.656, de 2021.

13.7 Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 10.086, de 2022.

13.8 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná.

13.9 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

14 DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 Todas as referências de tempo deste edital correspondem ao horário de Brasília-DF.

14.2 Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização da sessão pública de abertura das propostas na data designada no edital, ela será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Protocolo nº **24.021.152-1**

Pregão Eletrônico nº **1668/2025**

– EDITAL (página 14 de 74)

14.3 É facultado ao(a) pregoeiro(a) a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

14.4 O licitante é responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo(a) pregoeiro(a) ou pelo sistema, ainda que ocorra a sua desconexão.

14.5 A não apresentação de qualquer documento ou a apresentação com prazo de validade expirado implicará desclassificação ou inabilitação do licitante.

14.6 Os documentos que não mencionarem o prazo de validade serão considerados válidos por 90 (noventa) dias da data da emissão, salvo disposição contrária de Lei a respeito.

14.7 Os licitantes encaminharão os documentos exigidos nesta licitação exclusivamente por meio do sistema de que trata o item 1.1 das Condições Gerais do Pregão Eletrônico. O(a) pregoeiro(a), se julgar necessário, verificará a autenticidade e a veracidade do documento.

14.8 O(a) pregoeiro(a) poderá, no interesse público, relevar faltas meramente formais que não comprometam a lisura e o real conteúdo da proposta, podendo promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento licitatório, inclusive solicitar pareceres.

14.9 A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo a autoridade competente, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação do interessado, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o art. 71 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

14.10 O foro é o da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – Foro Central de Curitiba, no qual serão dirimidas todas as questões não resolvidas na esfera administrativa.

O servidor que subscreve este edital e seus anexos atesta que observou integralmente a Minuta Padronizada aprovada pelo Procurador-Geral do Estado do Paraná.

Curitiba, 19 de maio de 2026
Dr César Augusto Neves Luiz
Secretário de Estado da Saúde



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Protocolo nº 24.021.152-1

Pregão Eletrônico nº 1668/2025

– EDITAL (página 15 de 74)

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1 OBJETO

1.1 Registro de Preços, pelo período de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, para futura e eventual aquisição de produtos para terapia nutricional – Diversos 2, destinados a dar continuidade ao cumprimento de ordens judiciais dos pacientes atualmente cadastrados, conforme especificações da planilha abaixo:

EXCLUSIVO AMPLA CONCORRÊNCIA (inciso III do art. 48 da LC nº 123/06)							
Lote 1	CÓD GMS	CÓD BR	Descrição do objeto	Unidade de Medida	Quantidade	Valor unitário máximo (CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE E DE PREÇOS) (R\$)	Valor total máximo (R\$)
Item 1	8921-48795	44594 2	Alimento para nutrição enteral ou oral de crianças de 3 a 10 anos, com 100% da fonte proteica proveniente de aminoácidos livres, isenta de proteínas lácteas e lactose, sabor baunilha, produto com registro na ANVISA/MS, MARCA: Neoforte - Danone Nutricia, EMBALAGEM: Lata com 400g, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Atendimento de Ordem Judicial, UNID. DE MEDIDA: Unitário	Unitário	801	210,01	168.218,01
EXCLUSIVO ME/EPP/Microempreendedor Individual e Cooperativas (inciso III do art. 48 da LC nº 123/06)							
Lote 2	CÓD GMS	CÓD BR	Descrição do objeto	Unidade de Medida	Quantidade	Valor unitário máximo (R\$) (CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE E DE PREÇOS) (R\$)	Valor total máximo (R\$)
Item 1	8921-48795	44594 2	Alimento para nutrição enteral ou oral de crianças de 3 a 10 anos, com 100% da fonte proteica proveniente de aminoácidos livres, isenta de proteínas lácteas e lactose, sabor baunilha, produto com registro na ANVISA/MS, MARCA: Neoforte - Danone Nutricia, EMBALAGEM: Lata com 400g, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Atendimento de Ordem Judicial, UNID. DE MEDIDA: Unitário	Unitário	267	210,01	56.072,67
EXCLUSIVO ME/EPP/Microempreendedor Individual e Cooperativas (inciso I do art. 48 da LC nº 123/06)							
Lote 3	CÓD GMS	CÓD BR	Descrição do objeto	Unidade de Medida	Quantidade	Valor unitário máximo (R\$) (CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE E DE PREÇOS) (R\$)	Valor total máximo (R\$)
Item 1	8921-103130	60824 2	Fórmula infantil para lactantes e de segmento para lactantes, a base de proteína de soja, produto com registro na ANVISA/MS, MARCA: Aptamil Soja - Danone, EMBALAGEM: Lata de 800g, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Atendimento de Ordem Judicial, UNID.	Unitário	180	81,77	14.718,60



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Protocolo nº 24.021.152-1

Pregão Eletrônico nº 1668/2025

– EDITAL (página 16 de 74)

			DE MEDIDA: Unitário				
EXCLUSIVO ME/EPP/Microempreendedor Individual e Cooperativas (inciso I do art. 48 da LC nº 123/06)							
Lote 4	CÓD GMS	CÓD BR	Descrição do objeto	Unidade de Medida	Quantidade	Valor unitário máximo (R\$) (CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE E DE PREÇOS) (R\$)	Valor total máximo (R\$)
Item 1	8921-103301	447375	Composto Lácteo, TIPO: Zero Lactose, APRESENTAÇÃO: Pó para preparo de bebida, a base de leite integral, maltodextrina e enzima lactase, EMBALAGEM: Lata de 380g a 400g, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Atendimento de Ordem Judicial, UNID. DE MEDIDA: Unitário	Unitário	432	29,44	12.718,08
EXCLUSIVO ME/EPP/Microempreendedor Individual e Cooperativas (inciso I do art. 48 da LC nº 123/06)							
Lote 5	CÓD GMS	CÓD BR	Descrição do objeto	Unidade de Medida	Quantidade	Valor unitário máximo (R\$) (CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE E DE PREÇOS) (R\$)	Valor total máximo (R\$)
Item 1	8921-104607	437367	Fórmula infantil de segmento para crianças de primeira infância, a base de proteína de soja, isenta de proteínas lácteas, MARCA: Aptanutri Soja - Danone, EMBALAGEM: Lata de 800g, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Atendimento de Ordem Judicial, UNID. DE MEDIDA: Unitário	Unitário	72	85,80	6.177,60
EXCLUSIVO ME/EPP/Microempreendedor Individual e Cooperativas (inciso I do art. 48 da LC nº 123/06)							
Lote 6	CÓD GMS	CÓD BR	Descrição do objeto	Unidade de Medida	Quantidade	Valor unitário máximo (R\$) (CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE E DE PREÇOS) (R\$)	Valor total máximo (R\$)
Item 1	8921-105396	8921-105396	Fórmula infantil de segmento para crianças de primeira infância (1 a 3 anos) com prebióticos, produto com registro junto a ANVISA/ MS ou isento de registro conforme RDC específica, MARCA: Aptanutri - Danone ou Nestonutri - Nestle, EMBALAGEM: Lata com 800g, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Atendimento de Ordem Judicial, UNID. DE MEDIDA: Unitário	Unitário	96	65,51	6.288,96
EXCLUSIVO ME/EPP/Microempreendedor Individual e Cooperativas (inciso I do art. 48 da LC nº 123/06)							
Lote 7	CÓD GMS	CÓD BR	Descrição do objeto	Unidade de Medida	Quantidade	Valor unitário máximo (R\$) (CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE E DE PREÇOS) (R\$)	Valor total máximo (R\$)
Item 1	8921-105900	453646	Fórmula infantil de partida e segmento para lactantes, espessada com amido pré gelatinizado, acrescida de prebióticos, MARCA: Nestogeno Espessar - Nestle, produto com registro na ANVISA/ MS, EMBALAGEM: Lata de 800g, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Atendimento de Ordem Judicial, UNID. DE MEDIDA: Unitário	Unitário	72	76,44	5.503,68



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Protocolo nº 24.021.152-1

Pregão Eletrônico nº 1668/2025

– EDITAL (página 17 de 74)

EXCLUSIVO ME/EPP/Microempreendedor Individual e Cooperativas (inciso I do art. 48 da LC nº 123/06)							
Lote 8	CÓD GMS	CÓD BR	Descrição do objeto	Unidade de Medida	Quantidade	Valor unitário máximo (R\$) (CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE E DE PREÇOS) (R\$)	Valor total máximo (R\$)
Item 1	8921-103302	446098	Dieta, TIPO: Nutricionalmente completa, USO: Enteral ou oral, APRESENTAÇÃO: À base de peptídeos, MARCA: Peptamen ou Peptimax, EMBALAGEM: Lata com 400g, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Atendimento de Ordem Judicial, UNID. DE MEDIDA: Unitário	Unitário	168	150,00	25.200,00
EXCLUSIVO ME/EPP/Microempreendedor Individual e Cooperativas (inciso I do art. 48 da LC nº 123/06)							
Lote 9	CÓD GMS	CÓD BR	Descrição do objeto	Unidade de Medida	Quantidade	Valor unitário máximo (R\$) (CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE E DE PREÇOS) (R\$)	Valor total máximo (R\$)
Item 1	8921-99829	442837	Módulo nutricional a base de proteína isolada de ervilha. COMPOSIÇÃO: Mínimo de 80% de proteína, sendo 100% proteína isolada de ervilha, MARCA: Indeterminada, EMBALAGEM: Lata, pote ou sachê de no máximo 1Kg, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Atendimento de Ordem Judicial, UNID. DE MEDIDA: Grama	Grama	7.500	0,20	1.500,00
EXCLUSIVO ME/EPP/Microempreendedor Individual e Cooperativas (inciso I do art. 48 da LC nº 123/06)							
Lote 10	CÓD GMS	CÓD BR	Descrição do objeto	Unidade de Medida	Quantidade	Valor unitário máximo (R\$) (CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE E DE PREÇOS) (R\$)	Valor total máximo (R\$)
Item 1	8921-99833	404750	Módulo de fibra solúvel a base de Frutooligosacarídeos (FOS), MARCA: Fosvita - Vitafor, EMBALAGEM: Sachê de 7g, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Atendimento de Demanda Judicial, UNID. DE MEDIDA: Unitário	Unitário	360	3,34	1.202,40
EXCLUSIVO ME/EPP/Microempreendedor Individual e Cooperativas (inciso I do art. 48 da LC nº 123/06)							
Lote 11	CÓD GMS	CÓD BR	Descrição do objeto	Unidade de Medida	Quantidade	Valor unitário máximo (R\$) (CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE E DE PREÇOS) (R\$)	Valor total máximo (R\$)
Item 1	8921-99828	403933	Módulo, USO: Nutrição enteral ou oral, COMPOSIÇÃO: A base de L-Glutamina, MARCA: Glutamax - Vitafor, EMBALAGEM: Pote de 150g, UNID. DE MEDIDA: Unitário	Unitário	12	80,92	971,04
EXCLUSIVO AMPLA CONCORRÊNCIA (inciso III do art. 48 da LC nº 123/06)							
Lote 12	CÓD GMS	CÓD BR	Descrição do objeto	Unidade de Medida	Quantidade	Valor unitário máximo (R\$) (CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE E DE PREÇOS) (R\$)	Valor total máximo (R\$)
Item 1	8921-103997	410625	Mistura concentrada de aminoácidos essenciais e condicionalmente essenciais, isenta de metionina,	Unitário	90	3.282,50	295.425,00

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada - SRP- aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Protocolo nº 24.021.152-1

Pregão Eletrônico nº 1668/2025

– EDITAL (página 18 de 74)

			enriquecida com vitaminas e GM minerais, com no mínimo 70 gramas de equivalente de proteína a cada 100g de produto. Indicada para o manejo nutricional de pacientes com diagnóstico de Homocistinúria, maiores de 1 ano de idade, MARCA: Indeterminada, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Atendimento de Ordem Judicial, Produto com Registro na ANVISA/MS, As características das embalagens devem obedecer às normas específicas da ABNT e MS, EMBALAGEM: Lata de 400g a 500g, UNID. DE MEDIDA: Unitário				
EXCLUSIVO ME/EPP/Microempreendedor Individual e Cooperativas (inciso III do art. 48 da LC nº 123/06)							
Lote 13	CÓD GMS	CÓD BR	Descrição do objeto	Unidade de Medida	Quantidade	Valor unitário máximo (R\$) (CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE E DE PREÇOS) (R\$)	Valor total máximo (R\$)
Item 1	8921-103997	410625	Mistura concentrada de aminoácidos essenciais e condicionalmente essenciais, isenta de metionina, enriquecida com vitaminas e GM minerais, com no mínimo 70 gramas de equivalente de proteína a cada 100g de produto. Indicada para o manejo nutricional de pacientes com diagnóstico de Homocistinúria, maiores de 1 ano de idade, MARCA: Indeterminada, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Atendimento de Ordem Judicial, Produto com Registro na ANVISA/MS, As características das embalagens devem obedecer às normas específicas da ABNT e MS, EMBALAGEM: Lata de 400g a 500g, UNID. DE MEDIDA: Unitário	Unitário	30	3.282,50	98.475,00
EXCLUSIVO ME/EPP/Microempreendedor Individual e Cooperativas (inciso I do art. 48 da LC nº 123/06)							
Lote 14	CÓD GMS	CÓD BR	Descrição do objeto	Unidade de Medida	Quantidade	Valor unitário máximo (R\$) (CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE E DE PREÇOS) (R\$)	Valor total máximo (R\$)
Item 1	8921-66398	466567	Suplemento alimentar em pó, com adição de vitaminas e minerais, para maiores de 50 anos, sem sabor, MARCA: NUTREN SÊNIOR – NESTLE HEALTH SCIENCE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Atendimento de Ordem Judicial, Produto com Registro na ANVISA/MS, As características das embalagens devem obedecer às normas específicas da ABNT e MS, EMBALAGEM: Lata com 740g, UNID. DE MEDIDA: Unitário	Unitário	552	140,36	77.478,72
EXCLUSIVO ME/EPP/Microempreendedor Individual e Cooperativas (inciso I do art. 48 da LC nº 123/06)							
Lote 15	CÓD GMS	CÓD BR	Descrição do objeto	Unidade de Medida	Quantidade	Valor unitário máximo (R\$) (CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE E DE PREÇOS) (R\$)	Valor total máximo (R\$)



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Protocolo nº 24.021.152-1

Pregão Eletrônico nº 1668/2025

– EDITAL (página 19 de 74)

Item 1	8921-91889	432691	Suplemento alimentar hiperproteico (25g de proteína ou mais em cada 100g de produto) em pó, com ou sem sabor, MARCA: Indeterminada, EMBALAGEM: Lata de 350g a 400g, produto com registro na ANVISA/MS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Atendimento de Ordem Judicial, UNID. DE MEDIDA: Unitário	Unitário	336	75,00	25.200,00
EXCLUSIVO ME/EPP/Microempreendedor Individual e Cooperativas (inciso I do art. 48 da LC nº 123/06)							
Lote 16	CÓD GMS	CÓD BR	Descrição do objeto	Unidade de Medida	Quantidade	Valor unitário máximo (R\$) (CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE E DE PREÇOS) (R\$)	Valor total máximo (R\$)
Item 1	8921-55697	435201	Módulo, TIPO: Triglicerídeos de cadeia média com ácidos graxos essenciais, CONCENTRAÇÃO MÍNIMA: 96%, MARCA: Indeterminada, EMBALAGEM: Frasco de 250ml, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Atendimento de Ordem Judicial, Produto com Registro na ANVISA/MS, As características das embalagens devem obedecer às normas específicas da ABNT e MS, UNID. DE MEDIDA: Unitário	Unitário	120	85,00	10.200,00
EXCLUSIVO ME/EPP/Microempreendedor Individual e Cooperativas (inciso I do art. 48 da LC nº 123/06)							
Lote 17	CÓD GMS	CÓD BR	Descrição do objeto	Unidade de Medida	Quantidade	Valor unitário máximo (R\$) (CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE E DE PREÇOS) (R\$)	Valor total máximo (R\$)
Item 1	8921-88263	403935	Módulo de proteína, TIPO: Em pó, COMPOSIÇÃO: À base de caseinato de cálcio, MARCA: Protein PT Prodiel, EMBALAGEM: Lata com 240g, as características das embalagens devem obedecer às normas específicas da ABNT e MS, produto com registro na ANVISA/MS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Atendimento de Ordem Judicial, UNID. DE MEDIDA: Unitário	Unitário	144	136,84	19.704,96
COTA PARA ME/EPP/Microempreendedor Individual e Cooperativas (inciso I do art. 48 da LC nº 123/06)							
Lote 18	CÓD GMS	CÓD BR	Descrição do objeto	Unidade de Medida	Quantidade	Valor unitário máximo (R\$) (CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE E DE PREÇOS) (R\$)	Valor total máximo (R\$)
Item 1	8921-38654	442837	Módulo, TIPO: Proteína, COMPOSIÇÃO: À base de proteína do soro do leite, CONCENTRAÇÃO MÍNIMA: 96%, MARCA: Fresubin Protein Powder, EMBALAGEM: Lata de 300g, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Atendimento de Ordem Judicial, Produto com Registro na ANVISA/MS, As características das embalagens devem obedecer às normas específicas da ABNT e MS, UNID. DE MEDIDA: Unitário	Unitário	108	136,12	14.700,96

O valor total do processo é de R\$ 839.755,68 (oitocentos e trinta e nove mil, setecentos e cinquenta e cinco reais e sessenta e oito centavos).



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Protocolo nº 24.021.152-1

Pregão Eletrônico nº 1668/2025

– EDITAL (página 20 de 74)

1.2 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

LOTE	CÓDIGO GMS	CÓDIGO BR/ CATMA T	DESCRIPTIVO	UNIDADE DE MEDIDA
1 e 2	8921-48795	445942	Alimento para nutrição enteral ou oral de crianças de 3 a 10 anos, com 100% da fonte proteica proveniente de aminoácidos livres, isenta de proteínas lácteas e lactose, sabor baunilha, produto com registro na ANVISA/MS, MARCA: Neoforte - Danone Nutricia, EMBALAGEM: Lata com 400g, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Atendimento de Ordem Judicial, UNID. DE MEDIDA: Unitário	Lata com 400g
3	8921-103130	608242	Fórmula infantil para lactantes e de segmento para lactantes, a base de proteína de soja, produto com registro na ANVISA/MS, MARCA: Aptamil Soja - Danone, EMBALAGEM: Lata de 800g, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Atendimento de Ordem Judicial, UNID. DE MEDIDA: Unitário	Lata de 800g
4	8921-103301	447375	Composto Lácteo, TIPO: Zero Lactose, APRESENTAÇÃO: Pó para preparo de bebida, a base de leite integral, maltodextrina e enzima lactase, EMBALAGEM: Lata de 380g a 400g, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Atendimento de Ordem Judicial, UNID. DE MEDIDA: Unitário	Lata de 380g a 400g
5	8921-104607	437367	Fórmula infantil de segmento para crianças de primeira infância, a base de proteína de soja, isenta de proteínas lácteas, MARCA: Aptanutri Soja - Danone, EMBALAGEM: Lata de 800g, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Atendimento de Ordem Judicial, UNID. DE MEDIDA: Unitário	Lata de 800g
6	8921-105396	451540	Fórmula infantil de segmento para crianças de primeira infância (1 a 3 anos) com prebióticos, produto com registro junto a ANVISA/ MS ou isento de registro conforme RDC específica, MARCA: Aptanutri – Danone ou Nestonutri - Nestle, EMBALAGEM: Lata com 800g, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Atendimento de Ordem Judicial, UNID. DE MEDIDA: Unitário	Lata de 800g
7	8921-105900	453646	Fórmula infantil de partida e segmento para lactantes, espessada com amido pré gelatinizado, acrescida de prebióticos, MARCA: Nestogeno Espessar - Nestle, produto com registro na ANVISA/ MS, EMBALAGEM: Lata de 800g, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Atendimento de Ordem Judicial, UNID. DE MEDIDA: Unitário	Lata de 800g
8	8921-103302	446098	Dieta, TIPO: Nutricionalmente completa, USO: Enteral ou oral, APRESENTAÇÃO: À base de peptídeos, MARCA: Peptamen ou Peptimax, EMBALAGEM: Lata com 400g, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Atendimento de Ordem Judicial, UNID. DE MEDIDA: Unitário	Lata com 400g
9	8921-99829	442837	Módulo nutricional a base de proteína isolada de ervilha. COMPOSIÇÃO: Mínimo de 80% de proteína, sendo 100% proteína isolada de ervilha, MARCA: Indeterminada, EMBALAGEM: Lata, pote ou sachê de no máximo 1Kg, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Atendimento de Ordem Judicial, UNID. DE MEDIDA: Grama	Lata, pote ou sachê de no máximo 1Kg
10	8921-99833	404750	Módulo de fibra solúvel a base de Frutooligosacarídeos (FOS), MARCA: Fosvita - Vitafor, EMBALAGEM: Sachê de 7g, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Atendimento de Demanda Judicial, UNID. DE MEDIDA: Unitário	Sachê de 7g
11	8921-99828	403933	Módulo, USO: Nutrição enteral ou oral, COMPOSIÇÃO: A base de L- Glutamina, MARCA: Glutamax - Vitafor, EMBALAGEM: Pote de 150g, UNID. DE MEDIDA: Unitário	Pote de 150g
12 e 13	8921-103997	410625	Mistura concentrada de aminoácidos essenciais e condicionalmente essenciais, isenta de metionina, enriquecida com vitaminas e GM minerais, com no mínimo 70 gramas de equivalente de proteína a cada 100g de produto. Indicada para o manejo nutricional de pacientes com diagnóstico de	Lata de 400g a 500g



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Protocolo nº **24.021.152-1**

Pregão Eletrônico nº **1668/2025**

– EDITAL (página 21 de 74)

			Homocistinúria, maiores de 1 ano de idade, MARCA: Indeterminada, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Atendimento de Ordem Judicial, Produto com Registro na ANVISA/MS, As características das embalagens devem obedecer às normas específicas da ABNT e MS, EMBALAGEM: Lata de 400g a 500g, UNID. DE MEDIDA: Unitário	
14	8921-66398	466567	Suplemento alimentar em pó, com adição de vitaminas e minerais, para maiores de 50 anos, sem sabor, MARCA: NUTREN SÊNIOR – NESTLE HEALTH SCIENCE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Atendimento de Ordem Judicial, Produto com Registro na ANVISA/MS, As características das embalagens devem obedecer às normas específicas da ABNT e MS, EMBALAGEM: Lata com 740g, UNID. DE MEDIDA: Unitário	Lata com 740g
15	8921-91889	432691	Suplemento alimentar hiperproteico (25g de proteína ou mais em cada 100g de produto) em pó, com ou sem sabor, MARCA: Indeterminada, EMBALAGEM: Lata de 350g a 400g, produto com registro na ANVISA/MS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Atendimento de Ordem Judicial, UNID. DE MEDIDA: Unitário	Lata de 350g a 400g
16	8921-55697	435201	Módulo, TIPO: Triglicerídeos de cadeia média com ácidos graxos essenciais, CONCENTRAÇÃO MÍNIMA: 96%, MARCA: Indeterminada, EMBALAGEM: Frasco de 250ml, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Atendimento de Ordem Judicial, Produto com Registro na ANVISA/MS, As características das embalagens devem obedecer às normas específicas da ABNT e MS, UNID. DE MEDIDA: Unitário	Frasco de 250ml
17	8921-88263	403935	Módulo de proteína, TIPO: Em pó, COMPOSIÇÃO: À base de caseinato de cálcio, MARCA: Protein PT Prodiet, EMBALAGEM: Lata com 240g, as características das embalagens devem obedecer às normas específicas da ABNT e MS, produto com registro na ANVISA/MS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Atendimento de Ordem Judicial, UNID. DE MEDIDA: Unitário	Lata com 240g
18	8921-38654	442837	Módulo, TIPO: Proteína, COMPOSIÇÃO: À base de proteína do soro do leite, CONCENTRAÇÃO MÍNIMA: 96%, MARCA: Fresubin Protein Powder, EMBALAGEM: Lata de 300g, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Atendimento de Ordem Judicial, Produto com Registro na ANVISA/MS, As características das embalagens devem obedecer às normas específicas da ABNT e MS, UNID. DE MEDIDA: Unitário	Lata de 300g

1.2.1 O produto deverá ser registrado na ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e abastecimento) ou ser isento de registro conforme RDC (Resolução da Diretoria Colegiada) específica para categoria do produto. Esta exigência justifica-se por se tratar de produtos para tratamentos de saúde, que precisam ser regulamentados pelos órgãos competentes.

1.2.2 Na presente contratação se fez necessária a indicação de marca, a saber nos lotes: 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 14, 17, 18. Justifica-se a indicação em virtude de ordem judicial com marca definida.

1.2.3 Para a presente contratação não será exigida garantia estendida do produto/serviço, sendo mantida apenas a exigência da garantia legal/usual de mercado.

Considerando de tratarem de itens consumíveis, será exigido somente a manutenção dos requisitos de qualidade durante o prazo de validade do produto.

1.2.4 No momento da entrega os produtos com prazo de validade maior ou igual a dois anos, contados a partir da data de fabricação deverão ser entregues com, no mínimo, 80% de seu prazo de validade total. Os produtos com prazo de validade inferior a dois anos contados a partir da sua data de fabricação deverão ter no mínimo 90% de sua validade total quando de sua entrega para a SESA. As exceções quanto à entrega do produto fora do prazo de validade estabelecido serão analisadas previamente pelo setor responsável. Na hipótese de absoluta impossibilidade de cumprimento dessa condição, devidamente justificada e previamente avaliada pela área técnica, a Secretaria poderá, em extrema excepcionalidade, admitir a entrega, obrigando-se o fornecedor a apresentar Carta de Comprometimento Troca, e, quando acionado, proceder à imediata substituição da totalidade solicitada, à vista da inviabilidade da utilização dos produtos dentro do período de validade.



1.3 DA PADRONIZAÇÃO

1.3.1 Catálogo Eletrônico de Padronização ainda não foi implantado pelo órgão responsável, no Estado do Paraná. Deste modo, não foi possível utilizar o catálogo eletrônico de padronização na presente contratação.

Esclarece-se que as descrições utilizadas no presente Termo de Referência foram elaboradas pelos profissionais técnicos competentes da área demandante, os quais atestam que as especificações técnicas do(s) objeto(s) são aquelas estritamente necessárias para a aferição da adequação do objeto ao fim a que se destina, não havendo exigências desprovidas de razoabilidade.

Para as determinações judiciais com vinculação a marca comercial, os descritivos foram elaborados de modo a permitir a aquisição somente da marca determinada. Na presente aquisição 15 itens estão vinculados à marca comercial conforme as decisões judiciais. Quando a decisão possibilita o fornecimento de itens genéricos o descritivo é elaborado de forma a se garantir a aquisição de um produto de qualidade, que atenda as necessidades dos pacientes e permita a concorrência entre as marcas.

1.4 DO FORNECIMENTO

1.4.1 Forma de entrega do objeto: entrega imediata e integral, da qual não resulte obrigação futura, no prazo de até 15 (quinze) dias da data de envio da nota de empenho e apresentação de Ordem de Compra ao fornecedor, os quais serão formalizados por meio eletrônico para o e-mail informado pela empresa no cadastro do GMS.

1.4.1.1 A ordem de compra será emitida conforme necessidade. Os quantitativos solicitados serão definidos por meio da avaliação do estoque e média de consumo dos itens.

1.4.1.2 não poderá haver o exaurimento dos itens constantes na Ata de Registro de Preços na primeira aquisição.

1.4.1.3 Durante a vigência da Ata de registro de preços serão realizadas no mínimo 2 (duas) solicitações de compra.

1.4.1.4 Para efetivação da contratação será utilizada a Nota de Empenho, tendo em vista se tratar da aquisição de bens comuns e não haver obrigações futuras do fornecedor após a entrega do material.

1.4.2 Local de entrega:

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE – SESA

Coordenação de Material e Patrimônio - COMP
Local de Entrega: Coordenação de Material e Patrimônio – COMP Rua Prefeito Lothário Meissner, nº 350, Jardim Botânico – Curitiba- PR
Responsável pelo Recebimento: Nelsi Fritsche
Telefone: (41) 3360-6780
Horário de Funcionamento: - Período Matutino: das 8:30 às 11:30 horas - Período Vespertino: das 13:30 às 16:30 horas

1.4.3. O não cumprimento dos prazos pode implicar a aplicação de penalidades previstas no Edital e na Lei Federal 14.133/2021. O fornecedor está ciente da capacidade de produção e/ou estoque suficientes para atendimento do objeto em cumprimento à relação contratual.

1.4.4. O acondicionamento e o transporte dos produtos devem ser feitos em embalagens apropriadas, capazes de manter a integridade e organização dos produtos, possibilitando a verificação das informações necessárias no ato do recebimento. As embalagens internas e externas devem estar limpas, livres de pó, secas e sem sinais de umidade prévia.

1.4.5. Todos os produtos deverão estar acondicionados em embalagem secundária, de papelão ou embalagem plástica de alta resistência, apropriadas ao produto, com a finalidade de facilitar a armazenagem



e distribuição. Nelas contendo as especificações técnicas do produto de acordo com o Código de Defesa do Consumidor e as exigências do edital.

1.4.6. Os bens deverão ser entregues em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta.

1.4.7. A entrega dos produtos adquiridos deverá ser acompanhada dos respectivos certificados de análise microbiológica emitido pelo fabricante.

1.4.8. As informações referentes ao lote, data de validade, fabricante, marca, número de empenho e ordem de compra, bem como o local de entrega e endereço informado na Ordem de Compra devem ser informadas na Nota Fiscal no campo referente aos Dados dos Produtos/Serviços, não sendo possível constarem no campo Dados Adicionais, a fim de viabilizar a conferência.

1.4.9. No momento da entrega os produtos com prazo de validade maior ou igual a dois anos, contados a partir da data de fabricação deverão ser entregues com, no mínimo, 80% de seu prazo de validade total. Os produtos com prazo de validade inferior a dois anos contados a partir da sua data de fabricação deverão ter no mínimo 90% de sua validade total quando de sua entrega para a SESA. As exceções quanto à entrega do produto fora do prazo de validade estabelecido serão analisadas previamente pelo setor responsável. Na hipótese de absoluta impossibilidade de cumprimento dessa condição, devidamente justificada e previamente avaliada pela área técnica, a Secretaria poderá, em extrema excepcionalidade, admitir a entrega, obrigando-se o fornecedor a apresentar Carta de Comprometimento Troca, e, quando acionado, proceder à imediata substituição da totalidade solicitada, à vista da inviabilidade da utilização dos produtos dentro do período de validade.

1.4.10. A Carta de comprometimento de troca deverá acompanhar a Nota fiscal no ato da entrega e deve conter as seguintes informações: nome da empresa, número de empenho, número da nota fiscal, número do lote, quantidade, nome do produto, validade do produto, data e assinatura do representante legal.

1.4.11. As solicitações de troca dos produtos que possuem Termo de Compromisso de Troca devem ser efetuadas pela administração de 30 a 60 dias antes do vencimento dos mesmos.

1.4.12. A troca do quantitativo não utilizado, coleta e substituição do produto, deverá ser realizada em até 30 (trinta) dias após a solicitação da Contratante.

1.4.13. A Contratante se reserva o direito de não receber produtos com prazo de validade inferior aos especificados nos itens 1.4.9, ressalvados os casos de interesse da Administração, desde que exista solicitação prévia da Contratada e aceite do órgão interessado, caso em que será formalizado o compromisso de troca de todo o quantitativo não utilizado.

1.4.14. A empresa que efetuar a venda dos produtos é responsável pela sua qualidade e integridade durante o período de validade do mesmo. Caso seja constatado qualquer tipo de problema, cabe à empresa que efetuou a venda a troca dos produtos. A coleta e substituição do produto, deverá ser realizada em até 15 (quinze) dias após a solicitação da Contratante.

1.4.15. No momento da entrega, obrigatoriamente as mercadorias deverão estar separadas por Lote, para que as mesmas possam ser conferidas e recebam endereço de armazenagem, sendo a descarga por conta e responsabilidade do fornecedor.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Protocolo nº **24.021.152-1**

Pregão Eletrônico nº **1668/2025**

– EDITAL (página 24 de 74)

1.4.16. Os produtos serão recebidos provisoriamente no prazo de 5 (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

1.4.17. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

1.4.18. Os produtos serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

1.4.19. Na hipótese de verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

1.4.20. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

1.4.21. O Contratado deverá ter disponibilidade e capacidade de entregar o objeto no endereço relacionado no Anexo VI deste edital, conforme as condições e as necessidades do licitante.

1.4.22 . Os critérios para o recebimento estão especificados nos itens 1.4.2 a 1.4.21 e nos itens 9.1 a 9.8 deste Termo de Referência.

1.5 AMOSTRAS

1.5.1 O primeiro licitante classificado, deverá entregar, no prazo máximo de **5 (cinco)** dias úteis, a contar da notificação, o descritivo técnico e a respectiva amostra do objeto licitado, a fim de verificar se atende às especificações do edital e anexos, no seguinte local:

Local: Secretaria de Estado de Saúde – SESA

Logradouro: Av. Prefeito Lothário Meissner, nº 350 – Jardim Botânico

CEP 80211-170, Cidade: Curitiba/PR

A/C do Sr. Pregoeiro

Setor responsável pelo recebimento da amostra: Comissão Permanente de Licitação - CPL

E-mail: cplsesa@sesa.pr.gov.br

Horário de recebimento: *Manhã – Das 08:00 às 11:30 horas*

Tarde – Das 13:00 às 16:30 horas

Órgão/Entidade avaliador: Coordenação de Governança em Aquisições - Departamento de ordens judiciais - nutricionista Katrynne Vilczek Moreno

Fone: (41) 3330-4612

E-mail: katrynne@sesa.pr.gov.br

1.5.1.2 A exigência de amostra é crucial e se justifica plenamente pela Garantia da Conformidade com as Especificações Técnicas, medida indispensável para validar que o produto ofertado (dietas/fórmulas) atende, na prática, aos requisitos rigorosos do Termo de Referência, os quais são baseados nas necessidades



clínicas e de segurança dos pacientes. Uma vez que as dietas são alimentos para fins especiais e cruciais ao tratamento, a avaliação da amostra permite confirmar aspectos essenciais que não se comprovam apenas documentalmente, como características organolépticas (odor, sabor e aparência), a textura e solubilidade adequadas para uso em sondas ou via oral (prevenindo obstruções ou má aceitação), e a integridade da embalagem e rotulagem, assegurando, assim, a eficácia terapêutica e a segurança alimentar e nutricional na dispensação pela SESA/PR.

1.5.1.3 O prazo de 5 (cinco) dias úteis para a entrega das amostras de dietas é considerado razoável e se justifica pela necessidade de celeridade e eficiência do processo licitatório, conforme preconiza a Lei nº 14.133/2021, evitando atrasos na contratação de insumos vitais. Este período é plenamente viável, pois o objeto licitado (dietas) possui alto giro logístico, não exigindo um novo ciclo de produção para o envio de uma única amostra, o que é confirmado pelo histórico de sucesso de entregas em licitações anteriores. Ademais, a razoabilidade é reforçada pela flexibilidade da Administração em analisar, excepcionalmente, pedidos de dilação de prazo devidamente justificados, demonstrando o equilíbrio entre a exigência editalícia e a viabilidade logística do fornecedor.

1.5.2 Entende-se por entrega da amostra a data na qual ela é efetivamente entregue no endereço estabelecido no item 1.5.1

1.5.3 Para o exame da amostra, o órgão/entidade avaliador poderá, a seu critério, solicitar análise técnica.

1.5.4 Compete ao órgão/entidade, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, examinar as amostras apresentadas e emitir o Termo de Aceite, podendo o prazo ser prorrogado de forma devidamente justificada.

1.5.5 Os licitantes interessados poderão ter vista das amostras apresentadas, bem como informações sobre datas, horários, locais, e dos procedimentos para exame das amostras, devendo, para tanto, entrar em contato com órgão/entidade avaliadora.

1.5.6 O critério de exame das amostras se restringe à verificação da conformidade do bem ofertado, confrontado com as exigências técnicas expressas por parâmetros e padrão de desempenho constante no descritivo do Termo de Referência (Anexo I) e às informações técnicas prestadas pelo arrematante.

1.5.7 Quando o licitante indicar a marca, o modelo e as especificações técnicas do objeto no campo “Informações Adicionais” do sistema eletrônico de compras adotado pela Administração Pública Estadual, as amostras apresentadas devem ter as mesmas identificações daquelas preliminarmente estabelecidas pelo licitante e que foram informadas no sistema, salvo se o produto apresentado tenha, mediante ratificação da Administração, características técnicas superiores.

1.5.7.1 Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o(a) Pregoeiro(a) exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de (5) dias úteis contados da solicitação.

1.5.8 No caso de o licitante vencedor de qualquer dos lotes tiver suas amostras reprovadas ou houverem sido entregues fora das especificações previstas neste Edital, sua proposta será desclassificada, sendo o licitante classificado a seguir imediatamente chamado para substituir o desclassificado e assim sucessivamente, até que as amostras apresentadas sejam aceitas pela Administração, na forma do item 6.6.3.5 das Condições Gerais do Pregão Eletrônico.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Protocolo nº 24.021.152-1

Pregão Eletrônico nº 1668/2025

– EDITAL (página 26 de 74)

1.5.9 O licitante que não apresentar amostras no prazo previsto no item 1.5.1 também terá sua proposta automaticamente desclassificada.

1.5.10 O licitante declarado vencedor deverá realizar as entregas do objeto da licitação somente de acordo com a(s) amostra(s) apresentada(s) e aprovada(s).

1.5.11 As amostras serão fornecidas sem custo, no local indicado neste Edital, e aquelas que forem submetidas a testes, que impliquem na sua destruição ou inutilização, não serão devolvidas e/ou diminuídas das quantidades a serem entregues.

1.5.12 O prazo limite para retirada de amostras não utilizadas ou não aprovadas será de 90 (noventa) dias, contados da data da homologação do certame.

1.5.13 As amostras não aprovadas e não retiradas no prazo do item anterior poderão ser descartadas pelo órgão avaliador.

1.5.14 As amostras aprovadas permanecerão sob a custódia do órgão avaliador para fins de aferição da regularidade do objeto quando da entrega, podendo ser descontados os itens da amostra do total a entregar, excetuada a hipótese prevista no item 1.5.11. Não ocorrendo o desconto, fica estabelecido o prazo máximo de 90 (noventa) dias para retirada das amostras, sendo que aquelas que não forem retiradas no prazo mencionado poderão ser descartadas pelo órgão avaliador.

1.5.15 A apresentação e aceite das amostras e dos materiais não isenta nem diminui a responsabilidade do fornecedor nem a garantia dos produtos ofertados.

1.5.16 O licitante é responsável por quaisquer ônus decorrentes de marcas, registros e patentes do objeto proposto.

1.5.17 Tabela de amostras:

LOTES	ENTREGA DAS AMOSTRAS
1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 14, 17, 18	Por se tratar de Registro de Preço de itens de Ordem Judicial, todos os lotes que possuem marca definida não há necessidade de amostra.
4, 9, 12, 13, 15 e 16	Para os lotes sem marca definida, o primeiro licitante classificado, deverá entregar 1(uma) unidade da embalagem do produto original, fechada, lacrada e sem uso, considerando a embalagem usual do mercado (ex: uma lata, um pacote, uma caixa), conforme especificações técnicas do item 1.2 do termo de referência.
Exigências complementares para entrega das amostras: * As amostras devem estar devidamente identificadas, tanto na embalagem primária como na secundária, com número do Pregão, nº do lote, dados do proponente, conforme quantidade especificada no edital.	



* As embalagens devem conter na sua parte externa impressos em língua portuguesa as seguintes informações: identificação, tamanho, procedência, data de fabricação, validade, lote.

* Todas as amostras devem estar acompanhadas de descritivo técnico/ficha técnica correspondente ao produto, a qual deve estar atualizada e em estrita conformidade com o Registro/Notificação ANVISA. Este documento deve listar, no mínimo: a Identificação completa do produto e o número do Registro/Notificação ANVISA; a Composição Nutricional Detalhada (incluindo densidade calórica, % VET, fontes de macronutrientes e osmolaridade); a Lista completa de Ingredientes e Alérgenos, informações sobre lactose, glúten e sacarose; Indicação, Modo de Uso e Validade, e demais informações essenciais para a verificação de que a amostra atende integralmente às especificações do Edital e seus anexos

* Amostras sem identificação, ou em quantidades menores, ou com fichas técnicas incompletas ou em desacordo com o descritivo técnico do edital, prejudicam o trabalho de avaliação técnica, podendo incorrer em desclassificação.

* As amostras devem atender a funcionalidade e a eficiência a que se destinam no manuseio ou na prática.

* As dietas, quando preparadas de acordo com as instruções do fabricante, devem apresentar diluição, estabilidade, homogeneização e viscosidades adequadas, sem presença de grumos.

* Se for necessário solicitar informações complementares relacionadas à amostra será estipulado o mesmo prazo citado no item 1.5.1.

2. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

Aquisição de produtos para terapia nutricional – Diversos 2 , destinados a dar continuidade ao cumprimento de ordens judiciais dos pacientes atualmente cadastrados. O descumprimento de ordens judiciais pode acarretar ao Estado o pagamento de multas previstas nos processos judiciais e sequestro de valores das contas do Estado destinados diretamente aos pacientes para compra dos mesmos insumos de forma particular.

A definição da quantidade a ser adquirida na presente contratação foi realizada com base no consumo mensal dos pacientes atualmente cadastrados, permitindo seu atendimento integral pelo período de 12 meses.

A memória de cálculo utilizada resultou no quantitativo total a ser adquirido em um período de até 12 meses, a qual está demonstrada no quadro 1: memória de cálculo, do Estudo Técnico Preliminar (ETP) e consta abaixo:



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Protocolo nº **24.021.152-1**

Pregão Eletrônico nº **1668/2025**

– EDITAL (página 28 de 74)

Item	Detalhamento	Histórico / demanda solicitada	Reserva técnica	Total a ser adquirido
1	NEOFORTE BAUNILHA – 400G	1068 und	0	1068 und
2	APTAMIL SOJA – 800G	180 und	0	180 und
3	COMPOSTO LÁCTEO ZERO LACTOSE – 380G A 400G	432 und	0	432 und
4	APTANUTRI SOJA – 800G	72 und	0	72 und
5	APTANUTRI OU NESTONUTRI – 800G	96 und	0	96 und
6	NESTOGENO ESPESSAR – 800G	72 und	0	72 und
7	PEPTAMEN OU PEPTIMAX – 400G	168 und	0	168 und
8	PROTEÍNA DE ERVILHA – G	7.500 g	0	7.500 g
9	FOSVITA 7G – SACHÊ	360 und	0	360 und
10	GLUTAMAX – 150G	12 und	0	12 und
11	FÓRMULA METABÓLICA ISENTA DE METIONINA – 500G	120 und	0	120 und
12	NUTREN SÊNIOR – 740G	552 und	0	552 und
13	SUPLEMENTO ALIMENTAR HIPERPROTEICO – 350G A 400G	336 und	0	336 und
14	TCM – 250ML	120	0	120
15	PROTEIN PT – 240G	144	0	144
16	FRESUBIN PROTEIN POWDER – 300G	108	0	108



Conforme pesquisa prévia realizada no sistema GMS (Fase Externa > Relatórios > Preços Registrados) na data de 03/12/2024 (Mov. 5), atestamos que não existem atas de registro de preços vigentes para os itens que compõem este processo

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1 Especificações técnicas completas do objeto constam no quadro inserido no item 1.2 Especificações Técnicas deste termo de referência.

3.2. A aquisição pretendida por se tratar de material de consumo, considera que o ciclo de vida do objeto na sua totalidade tem sua validade conforme definição do fabricante.

1.2.3 Para a presente contratação não será exigida garantia estendida do produto/serviço, sendo mantida apenas a exigência da garantia legal/usual de mercado, conforme especificado no item 1.2.3

3.3 O licitante deverá apresentar na proposta as seguintes informações:

3.3.1 Descrição do produto conforme descrito na ficha técnica: nome, marca, concentração, especificação etária, peso do conteúdo da embalagem, fabricante do produto.

3.3.2 Registro do produto no Ministério da Saúde e detentor do registro para os produtos com obrigatoriedade de registro sanitário, conforme Resolução nº 27 de 06 de agosto de 2010 e suas atualizações.

3.4 O licitante deverá apresentar na proposta os seguintes documentos referentes ao objeto:

3.4.1 Certificado de Registro de Produto emitido pela Secretaria de Vigilância Sanitária para os produtos com obrigatoriedade de registro sanitário, conforme Resolução nº 27 de 06 de agosto de 2010 e suas atualizações, podendo ser apresentado o espelho do registro do produto disponibilizado no endereço eletrônico da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) (Art. 12 da Lei Federal nº 6.360/1976; artigos 7º e 8º do Decreto Federal nº 8.077/2013).

3.4.1.1 Serão aceitos somente protocolos de revalidação do registro caso tenham sido protocolados com antecedência máxima de doze meses e mínima de seis meses da data de vencimento do registro (Art. 12, § 6º da Lei Federal nº 6.360/1976).

3.4.2 Cópia da ficha técnica/descritivo técnico do produto. Esta exigência visa garantir que a empresa forneça toda a informação necessária para que a equipe técnica verifique se a dieta proposta cumpre exatamente as exigências do respectivo descritivo e as normas sanitárias vigentes.

3.4.2.1 Considerando que a ficha técnica/descritivo técnico deve ser vista como um documento oficial da empresa que resume e comprova as exigências sobre a composição e rotulagem das dietas, nela deverá constar, no mínimo, as seguintes informações, as quais devem ser estritamente aderentes ao Registro/Notificação do produto na ANVISA (em consonância com a RDC nº 243/2018 e demais normas correlatas): **1.** Identificação completa, incluindo o número do Registro/Notificação ANVISA. **2.** Composição Nutricional Detalhada (densidade calórica (Kcal/mL), Distribuição dos Macronutrientes (% VET), fontes dos macronutrientes, Osmolaridade, osmolalidade, e conteúdo de fibras). **3.** Lista completa de Ingredientes e Alérgenos. **4.** Informações sobre a presença ou ausência de lactose, glúten, sacarose. **5.** Indicação, Modo de Uso, e Validade.

3.4.2.2 A Ficha Técnica será o principal instrumento de avaliação da amostra/produto apresentado. Qualquer divergência entre a Ficha Técnica apresentada e a rotulagem da amostra/produto entregue será motivo de inabilitação ou reprovação.



3.5 Exigência de amostra: definida no item 1.5 deste termo de Referência.

3.6 Prazo e forma de entrega/execução

3.6.1. A entrega deverá ocorrer conforme indicado no item 1.4 deste Termo de referência.

3.6.2 A entrega deverá cumprir os critérios de aceitação do objeto especificados no item 9 deste Termo de Referência.

4 PESQUISA DE PREÇOS

4.1 Atestamos que a pesquisa de preço foi realizada em conformidade aos artigos 296, 368, 369 e 370 do Decreto Estadual 10.086/2022. Os meios utilizados para a composição da cesta de preços, visando aferir o preço de mercado com a maior amplitude possível de fontes, foram:

I - Composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços, nos bancos de preços do Sistema GMS, ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP):

Fonte utilizada:

(x) Painel de consulta de preços (<https://paineldeprescos.planejamento.gov.br/>)

I. Período temporal utilizado: de 02/06/2025 a 02/12/2025 (utilizar no máximo últimos 06 meses)

II. Recorte geográfico utilizado: (x) Nacional () Paraná () outro: _____

III. Parâmetro estatístico adotado: (X) Mediana () Média () Outro: _____

IV. Outros filtros adotados: código catmat e ano da compra 2025

V. Exclusões realizadas:

- Itens 06, 08 e 11: valores desconsiderados pois a ata encontrada foi concluída há mais de 180 dias da data da pesquisa.

VI. Quantidade de relatórios gerados: 16 (dezesesseis)

VII. Relatórios inseridos no processo: mov. 58, fls. 944 a 968;

(x) Módulo Pesquisa de Preços do compras.gov

VIII. Período temporal utilizado: de 02/06/2025 a 02/12/2025 (utilizar no máximo últimos 06 meses)

IX. Recorte geográfico utilizado: (x) Nacional () Paraná () outro: _____

X. Parâmetro estatístico adotado: () Mediana () Média () Outro: _____

XI. Outros filtros adotados: palavra-chave: nome do produto referência de cada item

XII. Exclusões realizadas: nenhuma

XIII. Quantidade de relatórios gerados: 16 (dezesesseis)

XIV. Relatórios inseridos no processo: mov. 54, fls. 867 a 874;

XV. Observações:

- Itens 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 16: o sistema retornou que não há registro para os produtos de referência desses itens.

(x) Banco de Preços em Saúde (https://infoms.saude.gov.br/extensions/SEIDIGI_DEMAS_BPS/SEIDIGI_DEMAS_BPS.html)

XVI. Período temporal utilizado: de 02/06/2025 a 02/12/2025 (utilizar no máximo últimos 06 meses)

XVII. Recorte geográfico utilizado: (x) Nacional () Paraná () outro: _____

XVIII. Parâmetro estatístico adotado: (x) Mediana () Média () Outro: _____



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Protocolo nº 24.021.152-1

Pregão Eletrônico nº 1668/2025

– EDITAL (página 31 de 74)

XIX. Outros filtros adotados: não se aplica

XX. Exclusões realizadas:

- Itens 1, 4, 5, 6, 8, 10, 11, 12, 13 e 14: valores desconsiderados pois a ata encontrada foi concluída há mais de 180 dias da data da pesquisa.

XXI. Quantidade de relatórios gerados: 16 (dezesesseis)

XXII. Relatórios inseridos no processo: mov. 53, fls. 851 a 866;

(x) Outros. Qual: Banco de preços (Negócios Públicos) (www.bancodeprecos.com.br - Modulo “Cotações” > “Minhas cotações > “Nova”)

XXIII. Período temporal utilizado: de 02/06/2025 a 02/12/2025

XXIV. Recorte geográfico utilizado: (x) Nacional () Paraná () outro: _____

XXV. Parâmetro estatístico adotado: (x) Mediana () Média () Outro: _____

XXVI. Outros filtros adotados: não se aplica

XXVII. Exclusões realizadas:

- Item 9 – O valor foi desconsiderado pois se referia a lata/embalagem de 250g, não por sachê.

XXVIII. Quantidade de relatórios gerados: 1 (um)

XXIX. Relatórios inseridos no processo: mov. 52, fls. 826 A 850;

OBS: O GMS não possui a funcionalidade de “banco de preços” atualmente.

II - Preços praticados em contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período máximo de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente:

Portais utilizados para as buscas:

() Sistema GMS (www.gms.pr.gov.br)

(X) Portal da Transparência do Paraná (www.transparencia.pr.gov.br – Modulo “Compras” > “Licitações” / ou “Contratos” / ou “Preços Registrados”)

XXX. Data da consulta: 01/12/2025 a 15/12/2025

XXXI. Período temporal utilizado: de 01/12/24 até 01/12/2025 (utilizar no máximo últimos 12 meses)

XXXII. Recorte geográfico utilizado: () Nacional (x) Paraná () outro: _____

XXXIII. Compras: Preços registrados, e/ou dispensa/inexigibilidade, e/ou licitações

XXXIV. Quantidade de resultados válidos / utilizados no mapa de preços: 9 (nove)

XXXV. Qual índice de atualização de preços foi utilizado para atualizar os valores?

(x) IPCA (seis valores precisaram de atualização de preço e um item não foi necessário atualizar o valor)

() IGPM

() INCP

() Outro: _____

Item	Nº da Ata/contrato/ Empenho	Órgão Contratante	Data da contratação	Valor da contratação (R\$)	Índice aplicado	Valor atualizado (Inserido esse valor no mapa de preços)
01	PE 1313/2024	SESA - PR	10/06/25	201,96	IPCA	203,90
02	DL 21130/2025	SESA-PR	03/07/25	70,35	IPCA	70,86
03	DL 4989/2025	SESA-PR	10/03/25	28,13	IPCA	28,76
04	DL	SESA-PR	14/04/25	62,56	IPCA	63,60



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Protocolo nº 24.021.152-1

Pregão Eletrônico nº 1668/2025

– EDITAL (página 32 de 74)

	11498/2025					
05	DL 16709/2025	SESA-PR	05/06/25	48,09	IPCA	48,55
06	DL 21425/2025	SESA-PR	01/07/25	57,26	IPCA	57,67
07	DL 7260/2025	SESA-PR	09/04/25	103,23	IPCA	104,94
08	DL 52218/2024	SESA-PR	05/12/24	0,25	IPCA	0,26
12	DL 2010/2025	SESA-PR	03/02/25	88,03	IPCA	91,17

Portal sugerido para atualização do preço com o índice da inflação: **Calculadora do Banco Central do Brasil:**

<https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAOPublico/exibirFormCorrecaoValores.do?method=exibirFormCorrecaoValores>

(X) Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP (<https://pncp.gov.br> – Modulo “Contratações” > “Editais” / ou “Atas de Registro de Preços” / ou “Contratos”)

XXXVI. Data da consulta: 02/12/2025 a 15/12/2025

XXXVII. Período temporal utilizado: de 02/12/2024 a 15/12/2024 até 02/12/2025 a 15/12/25 (utilizar no máximo últimos 12 meses)

XXXVIII. Recorte geográfico utilizado: (x) Nacional () Paraná () outro: _____

XXXIX. Status: vigentes

XL. Quantidade de resultados válidos / utilizados no mapa de preços: 11 (onze)

XLI. Qual índice de atualização de preços foi utilizado para atualizar os valores?

(X) IPCA

() IGPM

() INCP

() Outro: _____

*Resultado da aplicação do índice de atualização:

Item	Nº da Ata/contrato/ Empenho	Órgão Contratante	Data da contratação	Valor da contratação (R\$)	Índice aplicado	Valor atualizado (R\$) (Inserido esse valor no mapa de preços)
01	PE06/2025	Município de Cruz	08/10/25	215,00	IPCA	215,19
02	202424119/2024	Estado do Ceará	15/04/25	69,12	IPCA	70,27
03	1520/2024	SEAP/PR	20/03/25	28,80	IPCA	29,44
05	1520/2024	SEAP/PR	20/03/25	55,00	IPCA	56,23
06	1520/2024	SEAP/PR	20/03/25	76,70	IPCA	78,41
07	1047/24	SEAP/PR	09/09/25	129,00	IPCA	129,74
09	202507601	Estado do Ceará	14/05/25	1,81	IPCA	1,83
12	32/2025	Prefeitura Municipal de Novo Progresso	01/09/2025	136,50	IPCA	137,28
14	202506590	Estado do Ceará	15/04/25	59,60	IPCA	60,59
15	1067/2024	SEAP/PR	26/03/25	91,97	IPCA	94,02
16	1067/2024	SEAP/PR	26/03/25	194,00	IPCA	198,33

Portal sugerido para atualização do preço com o índice da inflação: **Calculadora do Banco Central do Brasil:**

<https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAOPublico/exibirFormCorrecaoValores.do?method=exibirFormCorrecaoValores>

(X) Histórico de contratação do órgão - Sistema SAM

XLII. Data da consulta: 02/12/2025 a 15/12/2025

XLIII. Período temporal utilizado: de 02/12/2024 a 15/12/2024 até 02/12/2025 a 15/12/25

XLIV. Recorte geográfico utilizado: não se aplica

XLV. Motivo da entrada: compra por empenho

XLVI. Quantidade de resultados válidos / utilizados no mapa de preços: 16 (dezesesseis)

XLVII. Qual índice de atualização de preços foi utilizado para atualizar os valores?

(X) IPCA

() IGPM

() INCP

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada - SRP- aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Protocolo nº **24.021.152-1**

Pregão Eletrônico nº **1668/2025**

– EDITAL (página 33 de 74)

() Outro: _____

Não foi ajustado o valor dos itens 12 e 13 pelo IPCA pois as aquisições são de dezembro e novembro, respectivamente. Na data da consulta não estava disponível o índice do IPCA atualizada para gerar o ajuste.

Item	Nº da nota fiscal	Órgão Contratante	Data da contratação	Valor da contratação (R\$)	Índice aplicado	Valor atualizado (R\$) (Inserido esse valor no mapa de preços)
01	658	Secretaria de Estado da Saúde do Paraná	18/09/2025	201,96	IPCA	203,11
02	7725	Secretaria de Estado da Saúde do Paraná	17/07/2025	70,35	IPCA	70,86
03	T1425119199	Secretaria de Estado da Saúde do Paraná	18/08/2025	28,13	IPCA	28,26
04	127401	Secretaria de Estado da Saúde do Paraná	26/08/2025	62,56	IPCA	62,85
05	223686	Secretaria de Estado da Saúde do Paraná	10/07/2025	48,09	IPCA	48,44
06	226551	Secretaria de Estado da Saúde do Paraná	06/08/2025	57,26	IPCA	57,26
07	100703-3	Secretaria de Estado da Saúde do Paraná	28/10/2025	112,00	IPCA	112,10
08	6698	Secretaria de Estado da Saúde do Paraná	12/02/2025	150,00	IPCA	155,35
09	7437	Secretaria de Estado da Saúde do Paraná	22/01/2025	2,99	IPCA	3,10
10	7437	Secretaria de Estado da Saúde do Paraná	22/01/2025	38,35	IPCA	39,78
11	71526	Secretaria de Estado da Saúde do Paraná	26/09/2025	2.750,00	IPCA	2765,68
14	3544	Secretaria de Estado da Saúde do Paraná	15/05/2025	58,00	IPCA	58,71
15	5022	Secretaria de Estado da Saúde do Paraná	18/06/2025	135,54	IPCA	136,84
16	62212	Secretaria de Estado da Saúde do Paraná	17/06/2025	194,00	IPCA	195,87

Portal sugerido para atualização do preço com o índice da inflação: **Calculadora do Banco Central do Brasil:**

<https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAOPublico/exibirFormCorrecaoValores.do?method=exibirFormCorrecaoValores>

III - Utilização de dados de pesquisa de preços publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo estadual ou federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso:

Existe mídia especializada, tabela de referência ou sítio eletrônico especializado que contemple o objeto da presente contratação?

(x) Sim (selecione entre as opções abaixo)

() Não

● **Mídia especializada:**

() Tabela FIPE (para veículos)

() Boletim de preços CONAB (produtos agropecuários)

() Tabela Brasíndice (medicamentos) <https://brasindice.com/a-revista/> (licença paga)

() Guia da farmácia (medicamentos) www.guiadafarmacia.com.br/

● **Tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo estadual ou federal:**

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada - SRP- aquisição de bens sem objeto definido – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: maio/2025



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Protocolo nº 24.021.152-1

Pregão Eletrônico nº 1668/2025

– EDITAL (página 34 de 74)

- () Tabela SINAPI (setor de construção civil) [<https://www.caixa.gov.br/poder-publico/modernizacao-gestao/sinapi/Paginas/default.aspx>]
- () Tabela ANP (combustíveis) [<https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/precos-e-defesa-da-concorrenca/precos>]
- () Relação Nacional de Equipamentos e Materiais Permanentes Financiáveis para o SUS (RENEM) – Equipamentos hospitalares [<https://portalfns.saude.gov.br/renem/>]

● **Sítio eletrônico especializado ou de domínio amplo (exemplos):**

- (x) Droga Raia – Item 3
- (x) Le farma: item 7
- (x) CMW saúde: item 11
- (x) Fabricante do produto – Vitafor: item 10
- (x) Fabricante do produto – Nutrição até você: item 12
- (x) Elonutrição: itens 13 e 16
- (x) Nutriport: itens 1 e 4
- (x) Divina Nutrição enteral: item 2
- (x) Preço Popular: itens 5 e 6
- (x) Fabricante do produto – Giroil: item 8
- (x) OtimaNutri – item 9
- (x) Zona cerealista – item 14
- (x) Farma 22 – item 15

XLVIII. Data da consulta: 02/12/2025 a 15/12/2025

XLIX. Número de resultados encontrados: 16 (dezesesseis)

L. Relatórios inseridos no processo (contendo data e hora do acesso): mov. 55, fls. 875 a 882

IV - Pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores ou prestadores de serviços, conforme o caso, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores:

● **Como foram selecionados os contatos dos fornecedores do ramo?**

- (x) Histórico de compras anteriores
- (x) Sistema [GMS](#) (Fase Interna > Pesquisa de Preço > Rel. Fornec. x Linha Fornecimento)
- () Portal da [transparência do Paraná](#) (compras > situação de fornecedores)
- () Base Nacional do [Portal da Transparência](#) (consulta de NF > produtos e serviços por fornecedor)
- () Editais de Licitações, contratos ou atas de objetos similares no sistema [compras.gov](#) e [PNCP](#) (fornecedores participantes)
- () Sistema [banco de preços](#) (Módulo fornecedores) – licença paga [a SESA possui licença]
- (x) Busca livre na internet

● **Quantidade de contatos de fornecedores selecionados para envio da pesquisa de preço:** 84 fornecedores



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Protocolo nº **24.021.152-1**

Pregão Eletrônico nº **1668/2025**

– EDITAL (página 35 de 74)

● **Justificativa da escolha dos fornecedores selecionados:**

- (x) O fornecedor possui ampla experiência no mercado e é referência no fornecimento do item/serviço;
- () Atende aos requisitos técnicos exigidos no termo de referência e possui certificações/qualificações relevantes;
- () O fornecedor já prestou serviços semelhantes para órgãos públicos, garantindo qualidade e cumprimento dos prazos.
- () O fornecedor possui disponibilidade imediata do produto/serviço, essencial para atender à necessidade do órgão.
- () A localização do fornecedor reduz custos logísticos e garante maior rapidez na entrega.
- () A escolha foi baseada em pesquisas de mercado realizadas em portais oficiais, como o Painel de Preços, Compras.gov e bases confiáveis.
- () Foram selecionados fornecedores de diferentes portes e regiões para garantir representatividade do mercado.
- () O fornecedor está cadastrado em sistemas oficiais, como o SICAF e/ou GMS, garantindo idoneidade e regularidade fiscal.
- (x) O fornecedor já participou de contratações anteriores com a administração pública, apresentando bom desempenho.
- (x) Outro: fabricante do produto

● **Forma de contato:** (x) e-mail (x) telefone () presencialmente

● **Período de duração da pesquisa de preços:** o período inicial da pesquisa de preços ocorreu entre 23/06/2025 e 02/07/2025.

Posteriormente, em 03/12/2025, foi solicitada aos fornecedores que participaram do processo a revalidação das estimativas de preços enviadas anteriormente.

● **Documentos enviados juntamente com o pedido de cotação**

- (x) ETP
- () Minuta do TR
- (x) Outro: modelo de cotação

● **Quantidade de cotações recebidas:** 16 (dezesesseis), dessas 15 (quinze revalidaram). A empresa Interativa Nutrição Clínica não retornou e-mail, nem após contato telefônico, e por esta razão foi desconsiderada.

● **Quantidade de negativas de cotações recebidas:** 0.

● **Quantidade de fornecedores que não responderam:** 68 (sessenta e oito)

● **Conferência das cotações recebidas:**

- O descritivo técnico condiz com o objeto a ser adquirido/contratado? (x) Sim () Não, esses casos foram justificados no mapa de preços e os valores não foram considerados/inseridos no mapa.
- A quantidade está correta? (x) Sim () Não
- A proposta está válida? (x) Sim () Não
- A proposta está assinada? (x) Sim () Não

k) Pesquisa de preço via sistema GMS - envio automático

- a) Período de duração da pesquisa de preços: de 23/06/2025 a 02/07/2025
- b) número da pesquisa: 19117/2025



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Protocolo nº **24.021.152-1**

Pregão Eletrônico nº **1668/2025**

– EDITAL (página 36 de 74)

c) Quantidade de cotações recebidas: sem cotação retornada.

(x) Declaramos que cada fornecedor/prestador de serviço consultado na pesquisa de preço foi informado quanto às especificações técnicas exigidas, as quantidades definidas pelo Estudo Técnico Preliminar, e consolidadas no termo de referência da contratação.

V - a pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas ou no aplicativo Notas Paraná:

() Base Nacional de NFs Portal da Transparência (<https://portaldatransparencia.gov.br/notas-fiscais/lista-consultas>)

- Data da consulta: 03/12/2025
- Período de referência utilizado nas pesquisas: de 03/06/2025 até 03/12/2025 [não ultrapassar os últimos 6 meses da emissão da nota fiscal]
- Filtro de região geográfica (se houver): () Brasil () Sul () Paraná () outro
- Quantidade de resultados válidos encontrados: 7 (sete)
- Relatórios inseridos no processo: mov. 57, fls. 913 a 943

(x) Aplicativo menor Preço – Nota Paraná (<https://menorpreco.notaparana.pr.gov.br/index>)

- Data da consulta: 02/12/2025
- Período de referência utilizado nas pesquisas: 05/06/2025 a 02/12/2025;
- Filtro de região geográfica (se houver): () Brasil () Sul (x) Paraná () outro
- Foram encontrados resultados válidos?
(x) Sim. Quantidade de resultados válidos encontrados: 5 (cinco)
() Não
- Relatórios inseridos no processo: mov. 56, fls. 883 a 912

VI – Tabelas oficiais

Abordadas no Tópico III.

VI – Outros

Não se aplica

5 PARCELAMENTO DO OBJETO

5.1 O objeto será dividido em 18 (dezoito) lotes e cada lote é composto por um único item para fins de disputa e adjudicação.

5.2 Será adotado o parcelamento do objeto por item, visto que:

- É tecnicamente viável, pois se trata de objeto divisível e a divisão não causará prejuízo à solução;
- É economicamente viável, considerando o alto quantitativo demandado, não havendo perda de escala ao dividir a solução;
- Promove o melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade, pois possibilita que cada fornecedor opte por concorrer aos itens que julgue conveniente, sem se comprometer com os demais;

Desta forma, verificou-se a viabilidade de parcelar o objeto, em conformidade com a Súmula nº 247 do Tribunal de Contas da União, a qual expõe que a divisão do objeto, em itens ou lotes, é trabalhada como



regra. Isso em decorrência da presunção de que, com a cisão em parcelas menores, aumentará a competitividade e, conseqüentemente, as chances de alcançar propostas mais vantajosas.

6 SUSTENTABILIDADE

6.1 Em conformidade com o tópico 1.12 do ETP, os contratados deverão observar as seguintes práticas de sustentabilidade aplicáveis ao objeto, conforme estabelecido pelo Decreto Estadual N.º 10.086/2022, o art. 362:

III - Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

IV - os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

6.2 Conforme detalhado no tópico 1.12. do ETP não serão exigidas práticas de logística reversa.

A exigência de logística reversa foi avaliada no âmbito deste Estudo Técnico Preliminar, à luz da Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Estadual nº 10.086/2022. Concluiu-se, contudo, que sua imposição não se mostra técnica nem operacionalmente adequada ao objeto pretendido. Os produtos a serem adquiridos consistem em dietas em sistema aberto, suplementos alimentares, módulos nutricionais e fórmulas infantis, destinadas ao atendimento domiciliar de pacientes distribuídos por todo o território estadual. Após o consumo, os resíduos gerados restringem-se, essencialmente, à embalagens de uso comum, passíveis de descarte no lixo reciclável convencional, não se caracterizando como resíduos perigosos ou de manejo especial. A exigência de logística reversa, nesse contexto, implicaria a necessidade de coleta descentralizada diretamente nas residências dos pacientes ou em múltiplos pontos de difícil controle, o que acarretaria complexidade operacional excessiva, elevação significativa de custos e risco de descontinuidade do fornecimento, sem que haja benefício ambiental proporcional. Ressalta-se, ainda, que a Política Nacional de Resíduos Sólidos prevê a logística reversa prioritariamente para cadeias produtivas específicas, como medicamentos, agrotóxicos, eletroeletrônicos e seus componentes, pneus, pilhas e baterias, o que não abrange as embalagens dos objeto desta contratação. Dessa forma, a dispensa da exigência de logística reversa não afronta a legislação ambiental vigente, preserva os princípios da economicidade, eficiência, razoabilidade e proporcionalidade, e contribui para a viabilidade da contratação, garantindo o adequado atendimento aos pacientes sem prejuízo às boas práticas ambientais.



7. CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL E COOPERATIVAS

7.1 Nos termos do art. 48, I da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, os itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) serão destinados exclusivamente à participação de microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP), Microempreendedor Individual (MEI) e Cooperativas.

7.1.1 Desta forma, fica reservado exclusivamente para a contratação de microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP), Microempreendedor Individual (MEI) e Cooperativas os seguintes itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais): 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 14, 15, 16, 17 e 18.

7.2 Para os itens de contratação acima de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), conforme o art. 48, III, da mesma Lei Complementar Federal n.º 123, a Administração estabeleceu cota de 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de ME, EPP, MEI e Cooperativas.

7.2.1 Desta forma, após estabelecida a cota de 25% (vinte e cinco por cento) do objeto, fica reservado exclusivamente para a contratação de ME, EPP, MEI e Cooperativas os seguintes itens: 2 e 13

7.2.2 Serão destinados para ampla concorrência os lotes: 1 e 12.

7.3 Se a ME, a EPP, a MEI ou as cooperativas for vencedora do(s) lote(s) reservado(s) e do(s) lote(s) de ampla concorrência, a contratação deverá ocorrer pelo menor preço.

Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei n.º 11.488, de 2007, e MEI, nos limites previstos da Lei Complementar n.º 123, de 2006.

7.4 Se o mesmo objeto for ofertado pela mesma empresa vencedora em lotes diferentes, incluindo o(s) lote(s) de ampla concorrência, a contratação deverá ocorrer pelo menor preço.

8 CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS COMUNS

Os objetos desta licitação são classificados como bens comuns, pois possuem especificações usuais de mercado e padrões de qualidade definidos em edital, conforme, estabelece o inciso XIII do art. 6º da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

9. DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

9.1 O prazo de entrega dos bens é de até 15 (quinze) dias, contados da emissão da nota de empenho e apresentação de Ordem de Compra ao fornecedor, no endereço indicado no Anexo VI deste edital.

9.2 No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 80 % do prazo total recomendado pelo fabricante.

9.3 Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 5 (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.



9.4 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.5 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

9.5.1 Na hipótese de verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

9.6 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

9.7 O Contratado deverá ter disponibilidade e capacidade de entregar o objeto no endereço relacionado no Anexo VI deste edital, conforme as condições e as necessidades do licitante.

9.8 Os critérios para o recebimento estão especificados nos itens 1.4.2 a 1.4.21 e nos itens 9.1 a 9.8 deste Termo de Referência.

10 OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE

10.1 São obrigações do Contratado:

10.1.1 efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado do respectivo certificado de análise microbiológica emitido pelo fabricante e nota fiscal, na qual constarão as indicações descritas no item 1.4.8 deste termo de referência;

10.1.2 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

10.1.3 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.1.4 comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.5 indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

10.1.6 manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.1.7 manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

10.1.8 guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.1.9 Cumprir as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e aprendiz, previstas em lei e em outras normas específicas conforme disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021.



10.2 São obrigações do Contratante:

10.2.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;

10.2.2 exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2.3 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.2.4 comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

10.2.5 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;

10.2.6 efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste edital e seus anexos;

10.2.7 efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;

10.2.8 emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

10.2.9 ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

10.2.10 adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

10.2.11 prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

11 FORMA DE PAGAMENTO

11.1 O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

11.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

11.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira contratada pelo Estado, conforme o disposto no Decreto n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.



11.3 O prazo estabelecido no item 11.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 13.4.1 das Condições Gerais do Pregão.

11.3.1. Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

11.4 As notas fiscais devem ser emitidas em nome do Fundo Estadual de Saúde, CNPJ 08.597.121/0001-74, Rua Piquiri 170, Rebouças, CEP: 80.230-140, Curitiba/PR, constando número da licitação, lote/item e validade dos produtos, para fins de rastreabilidade em estoque.

11.5 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

12. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO

12.1 As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

12.2 Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

12.3 Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão aqueles estabelecidos no Anexo II deste edital:

12.3.1 Prova de atendimento aos requisitos de qualificação técnica prevista na lei § 9º do art. 67 da Lei Federal nº 14.133, de 2021:

12.3.1.2 1 (um) ou mais atestados de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a aptidão do licitante para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o(s) lote(s) arrematado(s).

12.3.1.3 Entende-se por compatibilidade das características e quantidades, o fornecimento de produtos para terapia nutricional (suplementos alimentares, suplementos nutricionais dietas, fórmulas infantis, módulos), em quantidade de, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento), em relação a quantidade de bens exigida para cada lote.

12.3.1.3.1 Justificativa para o percentual exigido no tópico:

O percentual de no mínimo 25% exigido nos atestados de capacidade técnica foi definido pela área técnica levando em consideração: as especificidades do objeto; o quantitativo total a ser contratado; a capacidade dos fornecedores do ramo.



A exigência de atestado de capacidade técnica está em consonância com o disposto no art. 67 da Lei nº 14.133/2021, que autoriza a Administração a demandar comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da contratação, desde que observados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

No que se refere à compatibilidade quantitativa, estabeleceu-se o patamar mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade prevista para cada lote, percentual considerado suficiente para demonstrar experiência anterior relevante, sem impor barreiras excessivas à competitividade do certame. Tal critério atende à jurisprudência consolidada dos Tribunais de Contas, que admite a exigência de quantitativos inferiores ao total licitado, desde que devidamente justificados. Admite-se, ainda, o somatório de atestados de capacidade técnica e de notas fiscais, como forma de ampliar a competitividade e permitir a participação de empresas que, embora não tenham executado fornecimento único de grande vulto, demonstrem experiência acumulada compatível com o objeto, reforçando o equilíbrio entre a seleção da proposta mais vantajosa e a mitigação de riscos à execução contratual.

Dessa forma, a exigência de atestado de capacidade técnica revela-se necessária, adequada e proporcional, contribuindo para a seleção de fornecedores aptos a executar o objeto com qualidade e segurança, em estrita observância aos princípios do planejamento, da eficiência, da segurança da contratação e do interesse público.

12.3.1.4 Para atendimento do quantitativo exigido no subitem anterior, será permitido o somatório de atestados de capacidade técnica e notas fiscais.

12.3.1.5 Justifica-se que a apresentação do atestado na proporção proposta pela proponente demonstrará que a mesma possui capacidade técnica e operacional suficiente para a execução do presente objeto, evitando situações que tornem a contratação vulnerável e à mercê de empresas sem qualificação técnica e expertise para o fornecimento do material comprometendo a administração da SESA-PR.

12.3.1.6 Considerando que todos os lotes desta licitação são compostos por um item único, logo correspondem a 100% do valor total estimado da contratação, será exigido o atestado de capacidade técnica para todos os lotes, para provar a aptidão da licitante em fornecer o material em questão.

12.4 Cópia da Licença Sanitária Estadual ou Municipal para a atividade desenvolvida pela empresa e relacionada ao objeto do edital: distribuição ou comércio atacadista de produtos alimentícios (Art. 2º da Lei nº 6.360/1976 e suas atualizações).

12.4.1 Quando o certificado de licença vencido, a licitante deve apresentar de forma legível o protocolo da solicitação de sua revalidação, acompanhada do certificado vencido. Os protocolos de revalidação do certificado deverão estar acompanhados de comprovante da tramitação ou declaração do órgão público concedente da referida licença. De acordo com o que preconiza: RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA - RDC Nº 185, DE 22 DE OUTUBRO DE 2001 / DECRETO Nº 8.077, DE 14 DE AGOSTO DE 2013 / Art. 2º da lei 6.360 DE 23 DE SETEMBRO DE 1976.

12.4.2 O Artigo 2º da Lei nº 6.360/1976 estabelece as condições físicas e estruturais mínimas para o funcionamento de estabelecimentos industriais ou comerciais que lidam com produtos sujeitos à vigilância



sanitária. A legislação sanitária exige que empresas que realizam atividades de fabricação, distribuição, armazenamento, importação e transporte de produtos para a saúde possuam as devidas autorizações e licenças para funcionar. A licitação, como ato administrativo, deve obedecer à lei.

Sendo assim, será exigido Cópia da Licença Sanitária Estadual ou Municipal para provar que a empresa licitante tem a capacidade legal e técnica de fornecer o produto de forma regularizada, afim de garantir a Rastreabilidade e Controle Sanitário.

A licença sanitária permite que os órgãos de vigilância tenham controle e rastreabilidade dos produtos comercializados. Isso é essencial para que, em caso de problemas (como lotes contaminados ou desvios de qualidade), as autoridades possam agir rapidamente, interditando produtos ou estabelecimentos e protegendo a população.

12.5 Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

12.5.1 Valor Global: **R\$ 839.755,68 (oitocentos e trinta e nove mil, setecentos e cinquenta e cinco reais e sessenta e oito centavos).**

12.5.2 Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital.

12.6 O critério de julgamento da proposta está definido no item 2 das Condições Específicas do Pregão.

12.6.1 O critério de julgamento do processo licitatório será o “menor preço” e será adotado o modo de disputa Aberto para o certame.

Justifica-se a escolha, pelo fato de o modo aberto proporcionar aos licitantes a apresentação de propostas em sessão pública por meio de lances públicos e sucessivos, deste modo, subentende-se haver maior competitividade entre os participantes, resultando num preço melhor, ou seja, maior economicidade no certame.

12.7 As regras de desempate entre propostas são discriminadas no edital.

12.8 É permitido o registro de mais de um fornecedor ou prestador de serviço, desde que aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação.

13 ALTERAÇÃO SUBJETIVA

13.1 É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

- a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
- b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e
- c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

13.2 A alteração subjetiva a que se refere o item 13.1 deverá ser formalizada por termo aditivo ao contrato.

14.SUBCONTRATAÇÃO

14.1 Na presente licitação não será admitida subcontratação.

15. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

15.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

15.1.1 A presente aquisição será formalizada por meio de Anexo à Nota de Empenho, tendo em vista que os



pedidos serão para entrega imediata, conforme estabelecido no Termo de Referência, dos quais não resultam obrigações futuras.

15.2.1 Não se faz necessário, neste caso concreto, pois se trata de aquisição de bens e que seu pagamento só será realizado após a efetivação da entrega, não correndo, assim, qualquer risco à administração de não execução contratual.

16. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS.

16.1 Não será exigido garantia de contratação complementar à garantia legal, por se tratar de bens comuns.

17 VIGÊNCIA:

17.1 Da vigência da ata de registro de preços.

17.1.1 A ata de registro de preços terá vigência de um ano, passível de prorrogação por igual período.

17.1.2 O prazo de vigência inicial conta-se a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas.

17.1.3 Na prorrogação da vigência inicial da ata de registro de preços pode haver a renovação dos quantitativos registrados em relação a cada item, até o limite do quantitativo original.

17.1.4 A prorrogação independe da existência de saldo em relação aos itens que a compõem

17.1.5 O prazo de prorrogação é uno, observado o seguinte:

17.1.6 admite-se a prorrogação antecipada da ata quando houver o esgotamento de, ao menos, um de seus itens;

17.1.7 a prorrogação de um item implica prorrogação dos demais, na mesma data;

17.1.8 a prorrogação da ata em relação a item cujo saldo tenha esgotado implica na prorrogação da ata em relação aos demais, na mesma data;

17.1.9 havendo prorrogação antecipada, o prazo de um ano conta-se a partir daquela data, aplicando-se para todos os itens.

17.1.10 O ato de prorrogação do prazo de vigência da ata de registro de preços depende do preenchimento dos seguintes requisitos:

17.1.11 comprovação que as condições previstas e os preços registrados permanecem vantajosos;

17.1.12 indicação expressa do termo inicial e final do prazo de prorrogação e do quantitativo renovado em relação a cada item, que poderá ser parcial ou total.

17.2 Da vigência do contrato

17.2.1. A contratação será formalizada por meio de Nota de Empenho, em substituição ao Termo de Contrato com embasamento no art. 95, II da lei 14.133/2021.

18. DO REAJUSTAMENTO.

18.1 A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, conforme disposto na Lei Federal n.º 10.192, de 2001, utilizando-se o índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

A metodologia adotada para a definição do índice foi o estudo comparativo dos 04 (quatro) principais índices (IPCA/IBGE, IGP-M, IPC/FIPE e INPC) nos últimos 04 (quatro) anos, verificando-se que ocorreu pouca variação entre o total acumulado dos quatro índices e o índice IPCA apresentou a menor alta no último ano em relação aos outros índices analisados.

Segue quadro comparativo dos índices analisados:

ANO	IPCA/IBGE	IGP-M	IPC/FIPE	INPC
2021	10,06	17,79	9,74	10,16
2022	5,79	5,45	7,32	5,93
2023	4,62	-3,17	3,15	3,71
2024	4,56¹	6,54 ²	4,68 ³	4,77 ⁴



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Protocolo nº 24.021.152-1

Pregão Eletrônico nº 1668/2025

– EDITAL (página 45 de 74)

¹Fonte: <https://www.ibge.gov.br/explica/inflacao.php> (Acesso em 10/02/2025)

²Fonte: <https://portal.fgv.br/noticias/igp-m-resultados-2024> (Acesso em 10/02/2025)

³Fonte: <https://www.debit.com.br/tabelas/ipc-indice-de-precos-ao-consumidor-fipe> (Acesso em 10/02/2025)

⁴Fonte: <https://www.debit.com.br/tabelas/inpc-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor> (Acesso em 10/02/2025)

Além disso, o boletim *focus* do Banco central demonstra, na estimativa para os próximos três anos, que o IPCA é o índice que terá a menor alta para os próximos exercícios.

 BANCO CENTRAL DO BRASIL		Focus Relatório de Mercado																										
Expectativas de Mercado				21 de fevereiro de 2025																								
				▲ Aumento ▼ Diminuição = Estabilidade																								
Mediana - Agregado		2025						2026						2027						2028								
		Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis	Resp. ***	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis	Resp. ***	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis	Resp. ***	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis
IPCA (variação %)		5,50	5,60	5,65	▲ (19)	151	5,66	105	4,22	4,35	4,40	▲ (9)	143	4,36	102	3,90	4,00	4,00	▲ (1)	123			3,73	3,80	3,79	▼ (1)	(1)	114
PIB Total (variação % sobre ano anterior)		2,06	2,01	2,01	= (1)	116	2,00	69	1,72	1,70	1,70	= (2)	99	1,70	60	1,96	1,98	2,00	▲ (2)	82			2,00	2,00	2,00	= (50)	82	
Câmbio (R\$/US\$)		6,00	6,00	5,99	▼ (1)	123	5,95	85	6,00	6,00	6,00	= (6)	119	6,00	84	5,93	5,90	5,92	▲ (1)	92			5,99	5,90	5,93	▲ (1)	88	
Selic (% a.a.)		15,00	15,00	15,00	= (7)	142	15,00	90	12,50	12,50	12,50	= (4)	134	12,50	87	18,30	18,50	18,50	= (2)	112			10,00	10,00	10,00	= (9)	103	
IGP-M (variação %)		5,00	5,03	5,35	▲ (1)	76	5,56	52	4,50	4,50	4,50	= (4)	66	4,66	45	4,00	4,00	4,00	= (8)	58			4,00	4,00	4,00	= (4)	55	
IPCA Administrados (variação %)		4,83	5,03	5,00	▼ (1)	105	4,97	78	4,19	4,20	4,20	= (2)	91	4,26	70	4,00	4,00	4,00	= (5)	67			3,94	4,00	4,00	= (2)	66	
Conta corrente (US\$ bilhões)		-52,15	-52,00	-52,00	= (1)	31	-53,00	20	-50,00	-50,00	-50,00	= (4)	30	-50,00	20	-52,00	-51,00	-50,50	▲ (3)	22			-55,00	-55,00	-51,30	▲ (1)	21	
Balança comercial (US\$ bilhões)		75,00	76,00	76,70	▲ (1)	35	76,02	21	77,00	78,30	78,60	▲ (3)	31	78,10	20	80,00	80,00	80,00	= (4)	21			80,11	82,00	82,00	= (2)	19	
Investimento direto no país (US\$ bilhões)		70,00	70,00	70,00	= (10)	31	71,70	20	75,00	75,00	74,95	▼ (1)	30	75,00	20	80,00	80,00	80,00	= (6)	23			80,00	80,00	80,00	= (54)	22	
Divida líquida do setor público (% do PIB)		66,40	66,10	65,95	▼ (1)	52	65,90	33	70,80	70,73	70,50	▼ (2)	51	70,33	33	73,03	73,00	73,00	= (1)	41			76,00	75,98	75,93	▼ (1)	40	
Resultado primário (% do PIB)		-0,60	-0,60	-0,60	= (9)	64	-0,57	42	-0,60	-0,60	-0,60	= (4)	61	-0,60	40	-0,46	-0,40	-0,40	= (2)	47			-0,30	-0,23	-0,23	= (1)	45	
Resultado nominal (% do PIB)		-8,72	-8,97	-8,96	▲ (1)	50	-8,93	33	-8,33	-8,50	-8,43	▲ (1)	49	-8,50	33	-7,80	-7,00	-7,00	= (2)	18			-6,50	-6,50	-6,50	= (4)	37	

* comportamento dos indicadores desde o Focus-Relatório de Mercado anterior; os valores entre parênteses expressam o número de semanas em que vem ocorrendo o último comportamento ** respondentes nos últimos 30 dias *** respondentes nos últimos 5 dias úteis

— 2025 — 2026 — 2027 — 2028

Fonte: <https://www.bcb.gov.br/content/focus/focus/R20250221.pdf> (Acesso em: 28/02/2025)

Com isso, nos contratos administrativos firmados pela Administração Pública, tornou-se mais vantajoso aplicar o IPCA nos reajustes.

18.1.1. A data-base do reajuste será vinculada à data do orçamento estimado, que é 19/02/2026, data esta que se refere ao mapa de formação de preço por meio do qual foi realizada a pesquisa de mercado.

18.1.2. O contratado ao assinar aditivo ao contrato mantendo as demais cláusulas em vigor, sem ressalva em relação ao reajustamento de preços, importará renúncia quanto às parcelas reajustáveis anteriores ao aditivo.

18.1.2.1 O reajuste deverá ser solicitado pelo Contratado mediante requerimento protocolado até 30 (trinta) dias antes do fim de cada período de doze meses.

18.1.2.2 Caso o contratado não solicite dentro do prazo que trata o item anterior, os efeitos do reajuste serão concedidos 30 (trinta) dias após a efetiva formalização do pedido.

18.1.2.3 A Contratante terá um prazo de até 05 (cinco) dias para se manifestar quanto a solicitação que trata o item anterior.

18.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.

18.3. Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

18.4. A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

19. DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

19.1 A Administração poderá revisar os preços registrados, mediante comprovações e justificativas, obedecido o disposto nos artigos 301 a 303 do Decreto Estadual nº 10.086, de 2022, bem como deverá proceder à atualização desses preços nos termos do art. 304 desse Regulamento Estadual.

19.1.1 A revisão e a atualização dos preços registrados na Ata depende de autorização da autoridade competente, devendo o órgão gerenciador promover as respectivas modificações, compondo novo quadro de preços registrados e disponibilizando-os no *site* oficial.

19.1.2 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, que é 19/02/2026, data esta que se refere ao mapa de formação de preço por meio do qual foi realizada a pesquisa de mercado.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Protocolo nº **24.021.152-1**

Pregão Eletrônico nº **1668/2025**

– EDITAL (página 46 de 74)

19.1.2.1 Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

19.1.2.2 O reajuste dos preços depende de pedido do fornecedor do item registrado, que deve ser protocolado até trinta dias antes do fim do período acima enunciado.

19.1.2.3 O transcurso do período citado no item 19.1.2 sem o requerimento do fornecedor implica preclusão.

20. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

20.1 Para registro de preço não é necessário indicar a dotação orçamentária, que será exigido para formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

21. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O licitante e o contratado que incorrem em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

22. DECRETO ESTADUAL N.º 10.086, de 2022.

Os servidores que subscrevem este Termo de Referência atestam que observaram integralmente a regulamentação estabelecida pelo Decreto n.º 10.086, de 2022 e as orientações constantes da Minuta Padronizada aprovada pelo Procurador-Geral do Estado do Paraná

Curitiba, 20 de fevereiro de 2026.

Responsável pela elaboração do Termo de Referência

(assinado eletronicamente)

Alana Mattos Pasqualotto

Nutricionista

COMP/DAD/SESA

Chefia Imediata, responsável pela revisão do Termo de Referência :

(assinado eletronicamente)

Carlos Adalberto Mendes

Chefe de divisão

COMP/DAD/SESA



ANEXO II DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. O licitante convocado para apresentar os documentos de habilitação, deverá entregar, no prazo máximo de **2 (dois) dias úteis**, a contar da notificação, os documentos de habilitação, os quais devem ser enviados por processo eletrônico de comunicação à distância conforme estabelecido no presente Edital:

1.1 Os licitantes poderão apresentar extrato do CERTIFICADO DE REGULARIDADE DE REGISTRO CADASTRAL de fornecedor do Governo Federal (SICAF) ou do Governo Estadual (PR) CAUFPR, e os documentos abaixo descritos, salvo os já estejam contemplados e válidos nos referidos certificados:

1.1.1 Os cadastros de fornecedor do Estado do Paraná ou da União poderão ser obtidos nos seguintes link <https://www.administracao.pr.gov.br/Compras> e <https://www.gov.br/compras/pt-br/fornecedor>.

1.2 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA: Cédula de Identidade, no caso de pessoa física. Registro comercial, no caso de empresa individual. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País. Procuração do representante do licitante no pregão, se for o caso.

1.3 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA: Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; Certificado de regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal; Certidões de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Certidão relativa a Contribuições Previdenciárias); Fazenda Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação); e Fazenda Municipal; e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei Federal n.º 12.440/2011; Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

1.4 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

1.4.1 O fornecedor deverá encaminhar:

1.4.1.1 balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

1.4.1.2 para pessoa jurídica, certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

1.4.1.3 os documentos exigidos no item 1.4.1.1 serão limitados ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

1.4.1.3.1 as empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

1.4.1.4 a comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$\text{LG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}};$$



$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}};$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}; \text{ e}$$

1.4.1.5 As empresas, cadastradas ou não no Portal Nacional de Contratações Pública (PNCP), deverão apresentar resultado: superior ou igual a **0,5** no índice de Liquidez Geral (LG); superior ou igual a **0,5** no índice de Solvência Geral (SG); superior ou igual a **0,5** no índice de Liquidez Corrente (LC).

1.4.1.5.1 Os indicadores previstos no edital serão calculados por exercício, de forma a apresentar dois conjuntos de indicadores relativos a cada período a que se referem as demonstrações contábeis. (Incluído pelo Decreto 7389 de 23/09/2024).

1.4.1.6 As empresas DEVERÃO APRESENTAR OS ÍNDICES JÁ CALCULADOS, com assinatura do contador e do representante legal da empresa, que serão analisados com base no balanço apresentado.

1.5 DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

1.5.1 1 (um) ou mais atestados de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a aptidão do licitante para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o(s) lote(s) arrematado(s).

1.5.1.1 Entende-se por compatibilidade das características e quantidades, o fornecimento de produtos para terapia nutricional (suplementos alimentares, suplementos nutricionais dietas, fórmulas infantis, módulos), em quantidade de, no mínimo, **25% (vinte e cinco por cento)**, em relação a quantidade de bens exigida para cada lote.

1.5.1.2 Para atendimento do quantitativo exigido no subitem anterior, será permitido o somatório de atestados de capacidade técnica.

1.5.2 Cópia da Licença Sanitária Estadual ou Municipal para a atividade desenvolvida pela empresa e relacionada ao objeto do edital: distribuição ou comércio atacadista de produtos alimentícios (Art. 2º da Lei nº 6.360/1976 e suas atualizações).

Justificamos que para aquisição de produtos de saúde os licitantes devem apresentar a Licença Sanitária. Quando o certificado de licença vencido, a licitante deve apresentar de forma legível o protocolo da solicitação de sua revalidação, acompanhada do certificado vencido. Os protocolos de revalidação do certificado deverão estar acompanhados de comprovante da tramitação ou declaração do órgão público concedente da referida licença. De acordo com o que preconiza: RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA - RDC Nº 185, DE 22 DE OUTUBRO DE 2001 / DECRETO Nº 8.077, DE 14 DE AGOSTO DE 2013 / Art. 2º da lei 6.360 DE 23 DE SETEMBRO DE 1976.

1.6 DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO, NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES, DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LOGÍSTICA REVERSA DOS PRODUTOS E DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS (Anexo V).

1.7 COMPROVANTE DA CONDIÇÃO DE ME OU EPP, se for o caso: Certidão Simplificada original da Junta Comercial da sede do licitante ou documento equivalente, **além de Declaração escrita** sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais de qualificação da condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, estando apto a usufruir dos benefícios previstos nos art. 42 a art. 49 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006 (**ANEXO IX**), bem como o Demonstrativo de Resultado do Exercício – DRE, a que se refere a Resolução n.º 1.418, de 2012, de Conselho Federal de Contabilidade – CFC, ou outra norma que vier a substituir (art. 12, parágrafo único, do Decreto Estadual n.º 2.474, de 2015).



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Protocolo nº **24.021.152-1**

Pregão Eletrônico nº **1668/2025**

– EDITAL (página 49 de 74)

1.7.1 De acordo com o art. 43, §1º, da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

1.7.1.1 A prorrogação do prazo previsto no item anterior deverá ser concedida pela Administração sempre que requerida pelo licitante, salvo na hipótese de urgência da contratação, devidamente justificada.

1.8 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no parágrafo anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sendo facultado ao órgão ou entidade responsável pelo processo licitatório convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

1.9 Na hipótese do item 1.7.1, as microempresas, as empresas de pequeno porte e os microempreendedores individuais deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

1.10 Eventuais informações/certidões vencidas no registro cadastral deverão ser supridas pela apresentação do respectivo documento atualizado.

1.11 Todos os documentos apresentados deverão identificar o licitante, com a indicação do nome empresarial e o CNPJ da matriz, quando o licitante for a matriz, ou da filial, quando o licitante for a filial (salvo para os documentos que são emitidos apenas em nome da matriz). Quando a proposta for apresentada pela MATRIZ, e o fornecimento for através de sua filial, o CNPJ da filial deverá constar da proposta.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Protocolo nº 24.021.152-1

Pregão Eletrônico nº 1668/2025

– EDITAL (página 50 de 74)

ANEXO III
MODELO DE DESCRITIVO DA PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1668 Ano: 2025

DADOS DO FORNECEDOR

Fornecedor:			
CNPJ/CPF :	Inscrição Estadual :		
Endereço :			
Bairro:			
CEP:	Cidade:	Estado:	
Telefone:	Fax:	e-mail:	
Banco:	Agência:	Conta-corrente:	

Constitui objeto desta licitação: Aquisição de produtos para terapia nutricional – Diversos 2, destinados a dar continuidade ao cumprimento de ordens judiciais dos pacientes atualmente cadastrados.

1. Especificações técnicas:

Lote 1	Descrição	Quantidade	Valor Unitário Bruto	Valor Total Bruto	Valor Unitário s/ ICMS	Valor Total s/ ICMS	Alíquota % ICMS
Item 1	Alimento para nutrição enteral ou oral de crianças de 3 a 10 anos, com 100% da fonte proteica proveniente de aminoácidos livres, isenta de proteínas lácteas e lactose, sabor baunilha, produto com registro na ANVISA/MS, MARCA: Neoforte - Danone Nutricia, EMBALAGEM: Lata com 400g, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Atendimento de Ordem Judicial, UNID. DE MEDIDA: Unitário Código GMS:8921-48795 Código BR:445942	801	R\$	R\$	R\$	R\$	

Lote 2	Descrição	Quantidade	Valor Unitário Bruto	Valor Total Bruto	Valor Unitário s/ ICMS	Valor Total s/ ICMS	Alíquota % ICMS
Item 1	Alimento para nutrição enteral ou oral de crianças de 3 a 10 anos, com 100% da fonte proteica proveniente de aminoácidos livres, isenta de proteínas lácteas e lactose, sabor baunilha, produto com registro na ANVISA/MS, MARCA: Neoforte - Danone Nutricia, EMBALAGEM: Lata com 400g, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Atendimento de Ordem Judicial, UNID. DE MEDIDA: Unitário Código GMS:8921-48795 Código BR:445942	267	R\$	R\$	R\$	R\$	



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Protocolo nº **24.021.152-1**

Pregão Eletrônico nº **1668/2025**

– EDITAL (página 51 de 74)

Lote 3	Descrição	Quantidade	Valor Unitário Bruto	Valor Total Bruto	Valor Unitário s/ ICMS	Valor Total s/ ICMS	Alíquota % ICMS
Item 1	Fórmula infantil para lactantes e de segmento para lactantes, a base de proteína de soja, produto com registro na ANVISA/MS, MARCA: Aptamil Soja - Danone, EMBALAGEM: Lata de 800g, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Atendimento de Ordem Judicial, UNID. DE MEDIDA: Unitário Código GMS:8921-103130 Código BR:608242	180	R\$	R\$	R\$	R\$	

Lote 4	Descrição	Quantidade	Valor Unitário Bruto	Valor Total Bruto	Valor Unitário s/ ICMS	Valor Total s/ ICMS	Alíquota % ICMS
Item 1	Composto Lácteo, TIPO: Zero Lactose, APRESENTAÇÃO: Pó para preparo de bebida, a base de leite integral, maltodextrina e enzima lactase, EMBALAGEM: Lata de 380g a 400g, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Atendimento de Ordem Judicial, UNID. DE MEDIDA: Unitário Código GMS:8921-103301 Código BR:447375	432	R\$	R\$	R\$	R\$	

Lote 5	Descrição	Quantidade	Valor Unitário Bruto	Valor Total Bruto	Valor Unitário s/ ICMS	Valor Total s/ ICMS	Alíquota % ICMS
Item 1	Fórmula infantil de segmento para crianças de primeira infância, a base de proteína de soja, isenta de proteínas lácteas, MARCA: Aptanutri Soja - Danone, EMBALAGEM: Lata de 800g, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Atendimento de Ordem Judicial, UNID. DE MEDIDA: Unitário Código GMS:8921-104607 Código BR:437367	72	R\$	R\$	R\$	R\$	

Lote 6	Descrição	Quantidade	Valor Unitário Bruto	Valor Total Bruto	Valor Unitário s/ ICMS	Valor Total s/ ICMS	Alíquota % ICMS
Item 1	Fórmula infantil de segmento para crianças de primeira infância (1 a 3 anos) com prebióticos, produto com registro junto a ANVISA/ MS ou isento de registro conforme RDC específica, MARCA: Aptanutri – Danone ou Nestonutri - Nestle, EMBALAGEM: Lata com 800g, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Atendimento de Ordem Judicial, UNID. DE MEDIDA: Unitário Código GMS:8921-105396 Código BR:451540	96	R\$	R\$	R\$	R\$	



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Protocolo nº **24.021.152-1**

Pregão Eletrônico nº **1668/2025**

– EDITAL (página 52 de 74)

Lote 7	Descrição	Quantidade	Valor Unitário Bruto	Valor Total Bruto	Valor Unitário s/ ICMS	Valor Total s/ ICMS	Alíquota % ICMS
Item 1	Fórmula infantil de partida e segmento para lactantes, espessada com amido pré gelatinizado, acrescida de prebióticos, MARCA: Nestogeno Espessar - Nestle, produto com registro na ANVISA/ MS, EMBALAGEM: Lata de 800g, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Atendimento de Ordem Judicial, UNID. DE MEDIDA: Unitário Código GMS:8921-105900 Código BR:453646	72	R\$	R\$	R\$	R\$	

Lote 8	Descrição	Quantidade	Valor Unitário Bruto	Valor Total Bruto	Valor Unitário s/ ICMS	Valor Total s/ ICMS	Alíquota % ICMS
Item 1	Dieta, TIPO: Nutricionalmente completa, USO: Enteral ou oral, APRESENTAÇÃO: À base de peptídeos, MARCA: Peptamen ou Peptimax, EMBALAGEM: Lata com 400g, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Atendimento de Ordem Judicial, UNID. DE MEDIDA: Unitário Código GMS:8921-103302 Código BR:446098	168	R\$	R\$	R\$	R\$	

Lote 9	Descrição	Quantidade	Valor Unitário Bruto	Valor Total Bruto	Valor Unitário s/ ICMS	Valor Total s/ ICMS	Alíquota % ICMS
Item 1	Módulo nutricional a base de proteína isolada de ervilha. COMPOSIÇÃO: Mínimo de 80% de proteína, sendo 100% proteína isolada de ervilha, MARCA: Indeterminada, EMBALAGEM: Lata, pote ou sachê de no máximo 1Kg, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Atendimento de Ordem Judicial, UNID. DE MEDIDA: Grama Código GMS:8921-99829 Código BR:442837	7.500	R\$	R\$	R\$	R\$	

Lote 10	Descrição	Quantidade	Valor Unitário Bruto	Valor Total Bruto	Valor Unitário s/ ICMS	Valor Total s/ ICMS	Alíquota % ICMS
Item 1	Módulo de fibra solúvel a base de Frutooligosacarídeos (FOS), MARCA: Fosvita - Vitafor, EMBALAGEM: Sachê de 7g, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Atendimento de Demanda Judicial, UNID. DE MEDIDA: Unitário Código GMS:8921-99833 Código BR:404750	360	R\$	R\$	R\$	R\$	



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Protocolo nº **24.021.152-1**

Pregão Eletrônico nº **1668/2025**

– EDITAL (página 53 de 74)

Lote 11	Descrição	Quantidade	Valor Unitário Bruto	Valor Total Bruto	Valor Unitário s/ ICMS	Valor Total s/ ICMS	Alíquota % ICMS
Item 1	Módulo, USO: Nutrição enteral ou oral, COMPOSIÇÃO: A base de L-Glutamina, MARCA: Glutamax - Vitafor, EMBALAGEM: Pote de 150g, UNID. DE MEDIDA: Unitário Código GMS:8921-99828 Código BR:403933	12	R\$	R\$	R\$	R\$	

Lote 12	Descrição	Quantidade	Valor Unitário Bruto	Valor Total Bruto	Valor Unitário s/ ICMS	Valor Total s/ ICMS	Alíquota % ICMS
Item 1	Mistura concentrada de aminoácidos essenciais e condicionalmente essenciais, isenta de metionina, enriquecida com vitaminas e GM minerais, com no mínimo 70 gramas de equivalente de proteína a cada 100g de produto. Indicada para o manejo nutricional de pacientes com diagnóstico de Homocistinúria, maiores de 1 ano de idade, MARCA: Indeterminada, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Atendimento de Ordem Judicial, Produto com Registro na ANVISA/MS, As características das embalagens devem obedecer às normas específicas da ABNT e MS, EMBALAGEM: Lata de 400g a 500g, UNID. DE MEDIDA: Unitário Código GMS:8921-103997 Código BR:410625	90	R\$	R\$	R\$	R\$	

Lote 13	Descrição	Quantidade	Valor Unitário Bruto	Valor Total Bruto	Valor Unitário s/ ICMS	Valor Total s/ ICMS	Alíquota % ICMS
Item 1	Mistura concentrada de aminoácidos essenciais e condicionalmente essenciais, isenta de metionina, enriquecida com vitaminas e GM minerais, com no mínimo 70 gramas de equivalente de proteína a cada 100g de produto. Indicada para o manejo nutricional de pacientes com diagnóstico de Homocistinúria, maiores de 1 ano de idade, MARCA: Indeterminada, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Atendimento de Ordem Judicial, Produto com Registro na ANVISA/MS, As características das embalagens devem obedecer às normas específicas da ABNT e MS, EMBALAGEM: Lata de 400g a 500g, UNID. DE MEDIDA: Unitário Código GMS:8921-103997 Código BR:410625	30	R\$	R\$	R\$	R\$	



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Protocolo nº **24.021.152-1**

Pregão Eletrônico nº **1668/2025**

– EDITAL (página 54 de 74)

Lote 14	Descrição	Quantidade	Valor Unitário Bruto	Valor Total Bruto	Valor Unitário s/ ICMS	Valor Total s/ ICMS	Alíquota % ICMS
Item 1	Suplemento alimentar em pó, com adição de vitaminas e minerais, para maiores de 50 anos, sem sabor, MARCA: NUTREN SÊNIOR – NESTLE HEALTH SCIENCE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Atendimento de Ordem Judicial, Produto com Registro na ANVISA/MS, As características das embalagens devem obedecer às normas específicas da ABNT e MS, EMBALAGEM: Lata com 740g, UNID. DE MEDIDA: Unitário Código GMS:8921-66398 Código BR:466567	552	R\$	R\$	R\$	R\$	

Lote 15	Descrição	Quantidade	Valor Unitário Bruto	Valor Total Bruto	Valor Unitário s/ ICMS	Valor Total s/ ICMS	Alíquota % ICMS
Item 1	Suplemento alimentar hiperproteico (25g de proteína ou mais em cada 100g de produto) em pó, com ou sem sabor, MARCA: Indeterminada, EMBALAGEM: Lata de 350g a 400g, produto com registro na ANVISA/MS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Atendimento de Ordem Judicial, UNID. DE MEDIDA: Unitário Código GMS:8921-91889 Código BR:432691	336	R\$	R\$	R\$	R\$	

Lote 16	Descrição	Quantidade	Valor Unitário Bruto	Valor Total Bruto	Valor Unitário s/ ICMS	Valor Total s/ ICMS	Alíquota % ICMS
Item 1	Módulo, TIPO: Triglicerídeos de cadeia média com ácidos graxos essenciais, CONCENTRAÇÃO MÍNIMA: 96%, MARCA: Indeterminada, EMBALAGEM: Frasco de 250ml, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Atendimento de Ordem Judicial, Produto com Registro na ANVISA/MS, As características das embalagens devem obedecer às normas específicas da ABNT e MS, UNID. DE MEDIDA: Unitário Código GMS:8921-55697 Código BR:435201	120	R\$	R\$	R\$	R\$	

Lote 17	Descrição	Quantidade	Valor Unitário Bruto	Valor Total Bruto	Valor Unitário s/ ICMS	Valor Total s/ ICMS	Alíquota % ICMS
Item 1	Módulo de proteína, TIPO: Em pó, COMPOSIÇÃO: À base de caseinato de cálcio, MARCA: Protein PT Prodiel, EMBALAGEM: Lata com 240g, as características das embalagens devem obedecer às normas específicas da ABNT e MS, produto com registro na ANVISA/MS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Atendimento de Ordem Judicial, UNID. DE MEDIDA: Unitário Código GMS:8921-88263 Código BR:403935	144	R\$	R\$	R\$	R\$	



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Protocolo nº **24.021.152-1**

Pregão Eletrônico nº **1668/2025**

– EDITAL (página 55 de 74)

Lote 18	Descrição	Quantidade	Valor Unitário Bruto	Valor Total Bruto	Valor Unitário s/ ICMS	Valor Total s/ ICMS	Alíquota % ICMS
Item 1	Módulo, TIPO: Proteína, COMPOSIÇÃO: À base de proteína do soro do leite, CONCENTRAÇÃO MÍNIMA: 96%, MARCA: Fresubin Protein Powder, EMBALAGEM: Lata de 300g, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Atendimento de Ordem Judicial, Produto com Registro na ANVISA/MS, As características das embalagens devem obedecer às normas específicas da ABNT e MS, UNID. DE MEDIDA: Unitário Código GMS:8921-38654 Código BR:442837	108	R\$	R\$	R\$	R\$	

2. A validade da proposta é de **120 (cento e vinte) dias**.

3. A empresa vencedora é responsável pela qualidade e integridade do produto durante o período de validade e, inclusive, pelo seu transporte. Constatado qualquer problema, cabe ao Contratado efetuar a troca do produto nos termos do Edital e da legislação vigente.

4. O preço unitário estimado para o objeto encontra-se com a carga tributária completa. Nas operações previstas com o benefício do ICMS, na proposta de preço, o valor não pode ser maior do que o máximo UNITÁRIO estimado para o item, independentemente de tratar-se de “operação interna”, conforme estabelece o Convênio ICMS n.º 26, de 2003 - CONFAZ.

4.1 as empresas beneficiárias do disposto no Convênio ICMS 26, de 2003 - CONFAZ deverão, de forma expressa e obrigatoriamente, indicar em sua proposta o preço onerado e o preço desonerado (o qual deve ser igual ou menor ao preço do arrematante), discriminando o percentual de desconto relacionado à isenção fiscal.

4.2 para o licitante abrangido pelo benefício de que trata o item 4 e que participar da licitação com o preço desonerado do ICMS (preço líquido), a soma do preço proposto (preço líquido) com o valor do respectivo imposto não pode ultrapassar o valor máximo estabelecido no edital.

5. O arrematante atesta o atendimento das exigências técnicas conforme Anexo I do Edital.

6. O arrematante DECLARA que, para fins do disposto no § 1.º do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega desta proposta.

Local e data

Representante Legal



ANEXO IV
MODELO DE PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: XXXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, neste ato representado por XXXXXXXX,, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX,, CPF n.º XXXXXXXX,, residente e domiciliado na Rua XXXXXXXX, n.º XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

OUTORGADO: XXXXXXXX, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX, e do CPF n.º XXXXXXXX, residente e domiciliado no(a) XXXXXXXX, n.º XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

PODERES: Por este instrumento, o OUTORGANTE confere ao OUTORGADO os mais amplos e gerais poderes, para em seu nome representá-lo no(a) Pregão Eletrônico n.º 1668/2025, podendo para tanto protocolar e receber documentos, assinar declarações, propostas e contratos de fornecimento, interpor recurso, efetuar e efetivar lances no pregão, enfim, todos os atos necessários ao fiel e cabal cumprimento deste mandato.

Local e data

OUTORGANTE



ANEXO V
MODELO DE DECLARAÇÃO
(timbre ou identificação do licitante)

XXXXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXXX, **DECLARA**, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como:

1. INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

Que não se enquadra em nenhuma das vedações contidas no art. 14 da Lei Federal n.º 14.133/2021, em especial:

1.1 Não mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

1.2. Nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenado(a) judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2. NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES

Que não utiliza a mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão de obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, conforme determina o art. 7º, inc. XXXIII da Constituição Federal.

3. DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À POLÍTICA AMBIENTAL DE LICITAÇÃO SUSTENTÁVEL

Que atesta o atendimento à política pública ambiental de licitação sustentável, em especial que se responsabiliza integralmente com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao poder público, assumindo a responsabilidade pela destinação final, ambientalmente adequada.

4. DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS

Que para fins do disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Local e data.

Nome do representante legal



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Protocolo nº **24.021.152-1**

Pregão Eletrônico nº **1668/2025**

– EDITAL (página 58 de 74)

ANEXO VI
ÓRGÃOS PARTICIPANTES E LOCAIS DE ENTREGA

COORDENAÇÃO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO- COMP
Local de Entrega: Coordenação de Material e Patrimônio- COMP Rua Prefeito Lothário Meissner, nº 350, Jardim Botânico – Curitiba- PR
Responsável pelo Recebimento: Nelsi Fritsche
Telefone: (41) 3360-6780
Horário de Funcionamento: – Período Matutino: das 8:30 às 11:30 horas – Período Vespertino: das 13:30 às 16:30 horas



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Protocolo nº 24.021.152-1

Pregão Eletrônico nº 1668/2025

– EDITAL (página 59 de 74)

ANEXO VII

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 1668/2025	PROTOCOLO N.º 24.021.152-1
DATA DE PUBLICAÇÃO:	VALIDADE DA ATA:

A COORDENAÇÃO DE GOVERNANÇA EM AQUISIÇÕES CGOV/SESA, localizado Rua Piquiri, nº 170, CEP 80230-140, Curitiba, Paraná, aqui representado por XXXXXXXX, [CARGO], nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e do Decreto n.º 10.086, de 2022, das demais normas aplicáveis, registra os preços obtidos no Pregão Eletrônico n.º 1668/2025, homologado por XXXXXXXX, [CARGO], para a futura e a eventual aquisição de produtos para terapia nutricional – Diversos 2, destinados a dar continuidade ao cumprimento de ordens judiciais dos pacientes atualmente cadastrados, conforme Termo de Referência (Anexo I), visando atender a demanda do(s) órgão(s) e/ou entidade(s) participantes (Anexo VI), nos termos das propostas apresentadas, as quais integram esta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1. Esta Ata tem por objetivo o registro de preços para a futura e a eventual aquisição de produtos para terapia nutricional – Diversos 2, destinados a dar continuidade ao cumprimento de ordens judiciais dos pacientes atualmente cadastrados, conforme as especificações, previsões e exigências contidas no Edital deste certame.

1.1. Este instrumento não obriga a Administração a adquirir as quantidades estimadas neste Pregão Eletrônico, podendo optar pela realização de novas licitações específicas para aquisição dos aludidos bens, obedecida a legislação pertinente, sendo, porém, assegurada aos detentores do registro constante desta Ata a preferência de fornecimento, em igualdade de condições com os demais licitantes.

1.2. Também integram esta Ata de Registro de Preços, vinculando as partes signatárias, as propostas dos fornecedores.

1.3. Participam deste Registro de Preços, em conformidade com o artigo 289 do Decreto n.º 10.086, de 2022, o(s) seguinte(s) órgão(s) e/ou entidade(s):

01 – SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE -SESA
COORDENAÇÃO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO- COMP

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS:

Registram-se o(s) preços(s) do(s) bem(ns) ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:

LOTE 01 – adjudicado para [NOME DO ARREMATANTE, CNPJ E ENDEREÇO], representado por [NOME DO REPRESENTANTE, RG, CPF, QUALIFICAÇÃO, ENDEREÇO, EMAIL E TELEFONE], conforme quadro a seguir:

Lote 1	Descrição do Objeto	Exigências complementares	Quantidade	Unidade de medida	Preço Unitário Registrado	Validade da Ata
	Alimento para nutrição enteral ou oral de crianças de 3 a 10 anos, com 100% da fonte proteica proveniente de aminoácidos livres, isenta de proteínas lácteas e lactose, sabor baunilha, produto com registro na ANVISA/MS, MARCA: Neoforte - Danone Nutricia, EMBALAGEM: Lata com 400g,	Atendimento de Demanda Judicial	801	Unitário	R\$	



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Protocolo nº **24.021.152-1**

Pregão Eletrônico nº **1668/2025**

– EDITAL (página 60 de 74)

	CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Atendimento de Ordem Judicial, UNID. DE MEDIDA: Unitário Código GMS:8921-48795 Código BR:445942					
--	---	--	--	--	--	--

LOTE 02 – adjudicado para [NOME DO ARREMATANTE, CNPJ E ENDEREÇO], representado por [NOME DO REPRESENTANTE, RG, CPF, QUALIFICAÇÃO, ENDEREÇO, EMAIL E TELEFONE], conforme quadro a seguir:

Lote 2	Descrição do Objeto	Exigências complementares	Quantidade	Unidade de medida	Preço Unitário Registrado	Validade da Ata
	Alimento para nutrição enteral ou oral de crianças de 3 a 10 anos, com 100% da fonte proteica proveniente de aminoácidos livres, isenta de proteínas lácteas e lactose, sabor baunilha, produto com registro na ANVISA/MS, MARCA: Neoforte - Danone Nutricia, EMBALAGEM: Lata com 400g, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Atendimento de Ordem Judicial, UNID. DE MEDIDA: Unitário Código GMS:8921-48795 Código BR:445942	Atendimento de Demanda Judicial	267	Unitário	R\$	

LOTE 03 – adjudicado para [NOME DO ARREMATANTE, CNPJ E ENDEREÇO], representado por [NOME DO REPRESENTANTE, RG, CPF, QUALIFICAÇÃO, ENDEREÇO, EMAIL E TELEFONE], conforme quadro a seguir:

Lote 3	Descrição do Objeto	Exigências complementares	Quantidade	Unidade de medida	Preço Unitário Registrado	Validade da Ata
	Fórmula infantil para lactantes e de segmento para lactantes, a base de proteína de soja, produto com registro na ANVISA/MS, MARCA: Aptamil Soja - Danone, EMBALAGEM: Lata de 800g, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Atendimento de Ordem Judicial, UNID. DE MEDIDA: Unitário Código GMS:8921-103130 Código BR:608242	Atendimento de Demanda Judicial	180	Unitário	R\$	

LOTE 04 – adjudicado para [NOME DO ARREMATANTE, CNPJ E ENDEREÇO], representado por [NOME DO REPRESENTANTE, RG, CPF, QUALIFICAÇÃO, ENDEREÇO, EMAIL E TELEFONE], conforme quadro a seguir:

Lote 4	Descrição do Objeto	Exigências complementares	Quantidade	Unidade de medida	Preço Unitário Registrado	Validade da Ata
	Composto Lácteo, TIPO: Zero Lactose, APRESENTAÇÃO: Pó para preparo de bebida, a base de leite integral, maltodextrina e enzima lactase, EMBALAGEM: Lata de 380g a 400g, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Atendimento de Ordem Judicial, UNID. DE MEDIDA: Unitário Código GMS:8921-103301 Código BR:447375	Atendimento de Demanda Judicial	432	Unitário	R\$	



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Protocolo nº **24.021.152-1**

Pregão Eletrônico nº **1668/2025**

– EDITAL (página 61 de 74)

LOTE 05 – adjudicado para [NOME DO ARREMATANTE, CNPJ E ENDEREÇO], representado por [NOME DO REPRESENTANTE, RG, CPF, QUALIFICAÇÃO, ENDEREÇO, EMAIL E TELEFONE], conforme quadro a seguir:

Lote 5	Descrição do Objeto	Exigências complementares	Quantidade	Unidade de medida	Preço Unitário Registrado	Validade da Ata
	Fórmula infantil de segmento para crianças de primeira infância, a base de proteína de soja, isenta de proteínas lácteas, MARCA: Aptanutri Soja - Danone, EMBALAGEM: Lata de 800g, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Atendimento de Ordem Judicial, UNID. DE MEDIDA: Unitário Código GMS:8921-104607 Código BR:437367	Atendimento de Demanda Judicial	72	Unitário	R\$	

LOTE 06– adjudicado para [NOME DO ARREMATANTE, CNPJ E ENDEREÇO], representado por [NOME DO REPRESENTANTE, RG, CPF, QUALIFICAÇÃO, ENDEREÇO, EMAIL E TELEFONE], conforme quadro a seguir:

Lote 6	Descrição do Objeto	Exigências complementares	Quantidade	Unidade de medida	Preço Unitário Registrado	Validade da Ata
	Fórmula infantil de segmento para crianças de primeira infância (1 a 3 anos) com prebióticos, produto com registro junto a ANVISA/ MS ou isento de registro conforme RDC específica, MARCA: Aptanutri – Danone ou Nestonutri - Nestle, EMBALAGEM: Lata com 800g, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Atendimento de Ordem Judicial, UNID. DE MEDIDA: Unitário Código GMS:8921-105396 Código BR:451540	Atendimento de Demanda Judicial	96	Unitário	R\$	

LOTE 07 – adjudicado para [NOME DO ARREMATANTE, CNPJ E ENDEREÇO], representado por [NOME DO REPRESENTANTE, RG, CPF, QUALIFICAÇÃO, ENDEREÇO, EMAIL E TELEFONE], conforme quadro a seguir:

Lote 7	Descrição do Objeto	Exigências complementares	Quantidade	Unidade de medida	Preço Unitário Registrado	Validade da Ata
	Fórmula infantil de partida e segmento para lactantes, espessada com amido pré gelatinizado, acrescida de prebióticos, MARCA: Nestogeno Espessar - Nestle, produto com registro na ANVISA/ MS, EMBALAGEM: Lata de 800g, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Atendimento de Ordem Judicial, UNID. DE MEDIDA: Unitário Código GMS:8921-105900 Código BR:453646	Atendimento de Demanda Judicial	72	Unitário	R\$	



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Protocolo nº **24.021.152-1**

Pregão Eletrônico nº **1668/2025**

– EDITAL (página 62 de 74)

LOTE 08 – adjudicado para [NOME DO ARREMATANTE, CNPJ E ENDEREÇO], representado por [NOME DO REPRESENTANTE, RG, CPF, QUALIFICAÇÃO, ENDEREÇO, EMAIL E TELEFONE], conforme quadro a seguir:

Lote 8	Descrição do Objeto	Exigências complementares	Quantidade	Unidade de medida	Preço Unitário Registrado	Validade da Ata
	Dieta, TIPO: Nutricionalmente completa, USO: Enteral ou oral, APRESENTAÇÃO: À base de peptídeos, MARCA: Peptamen ou Peptimax, EMBALAGEM: Lata com 400g, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Atendimento de Ordem Judicial, UNID. DE MEDIDA: Unitário Código GMS:8921-103302 Código BR:446098	Atendimento de Demanda Judicial	168	Unitário	R\$	

LOTE 09 – adjudicado para [NOME DO ARREMATANTE, CNPJ E ENDEREÇO], representado por [NOME DO REPRESENTANTE, RG, CPF, QUALIFICAÇÃO, ENDEREÇO, EMAIL E TELEFONE], conforme quadro a seguir:

Lote 9	Descrição do Objeto	Exigências complementares	Quantidade	Unidade de medida	Preço Unitário Registrado	Validade da Ata
	Módulo nutricional a base de proteína isolada de ervilha. COMPOSIÇÃO: Mínimo de 80% de proteína, sendo 100% proteína isolada de ervilha, MARCA: Indeterminada, EMBALAGEM: Lata, pote ou sachê de no máximo 1Kg, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Atendimento de Ordem Judicial, UNID. DE MEDIDA: Grama Código GMS:8921-99829 Código BR:442837	Atendimento de Demanda Judicial	7.500	Unitário	R\$	

LOTE 10 – adjudicado para [NOME DO ARREMATANTE, CNPJ E ENDEREÇO], representado por [NOME DO REPRESENTANTE, RG, CPF, QUALIFICAÇÃO, ENDEREÇO, EMAIL E TELEFONE], conforme quadro a seguir:

Lote 10	Descrição do Objeto	Exigências complementares	Quantidade	Unidade de medida	Preço Unitário Registrado	Validade da Ata
	Módulo de fibra solúvel a base de Frutooligossacarídeos (FOS), MARCA: Fosvita - Vitafor, EMBALAGEM: Sachê de 7g, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Atendimento de Demanda Judicial, UNID. DE MEDIDA: Unitário Código GMS:8921-99833 Código BR:404750	Atendimento de Demanda Judicial	360	Unitário	R\$	

LOTE 11 – adjudicado para [NOME DO ARREMATANTE, CNPJ E ENDEREÇO], representado por [NOME DO REPRESENTANTE, RG, CPF, QUALIFICAÇÃO, ENDEREÇO, EMAIL E TELEFONE], conforme quadro a seguir:

Lote 11	Descrição do Objeto	Exigências complementares	Quantidade	Unidade de medida	Preço Unitário Registrado	Validade da Ata
	Módulo, USO: Nutrição enteral ou oral, COMPOSIÇÃO: A base de L-Glutamina, MARCA: Glutamax - Vitafor, EMBALAGEM: Pote de 150g, UNID. DE MEDIDA: Unitário Código GMS:8921-99828 Código BR:403933	Atendimento de Demanda Judicial	12	Unitário	R\$	



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Protocolo nº **24.021.152-1**

Pregão Eletrônico nº **1668/2025**

– EDITAL (página 63 de 74)

LOTE 12 – adjudicado para [NOME DO ARREMATANTE, CNPJ E ENDEREÇO], representado por [NOME DO REPRESENTANTE, RG, CPF, QUALIFICAÇÃO, ENDEREÇO, EMAIL E TELEFONE], conforme quadro a seguir:

Lote 12	Descrição do Objeto	Exigências complementares	Quantidade	Unidade de medida	Preço Unitário Registrado	Validade da Ata
	Mistura concentrada de aminoácidos essenciais e condicionalmente essenciais, isenta de metionina, enriquecida com vitaminas e GM minerais, com no mínimo 70 gramas de equivalente de proteína a cada 100g de produto. Indicada para o manejo nutricional de pacientes com diagnóstico de Homocistinúria, maiores de 1 ano de idade, MARCA: Indeterminada, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Atendimento de Ordem Judicial, Produto com Registro na ANVISA/MS, As características das embalagens devem obedecer às normas específicas da ABNT e MS, EMBALAGEM: Lata de 400g a 500g, UNID. DE MEDIDA: Unitário Código GMS:8921-103997 Código BR:410625	Atendimento de Demanda Judicial	90	Unitário	R\$	

LOTE 13 – adjudicado para [NOME DO ARREMATANTE, CNPJ E ENDEREÇO], representado por [NOME DO REPRESENTANTE, RG, CPF, QUALIFICAÇÃO, ENDEREÇO, EMAIL E TELEFONE], conforme quadro a seguir:

Lote 13	Descrição do Objeto	Exigências complementares	Quantidade	Unidade de medida	Preço Unitário Registrado	Validade da Ata
	Mistura concentrada de aminoácidos essenciais e condicionalmente essenciais, isenta de metionina, enriquecida com vitaminas e GM minerais, com no mínimo 70 gramas de equivalente de proteína a cada 100g de produto. Indicada para o manejo nutricional de pacientes com diagnóstico de Homocistinúria, maiores de 1 ano de idade, MARCA: Indeterminada, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Atendimento de Ordem Judicial, Produto com Registro na ANVISA/MS, As características das embalagens devem obedecer às normas específicas da ABNT e MS, EMBALAGEM: Lata de 400g a 500g, UNID. DE MEDIDA: Unitário Código GMS:8921-103997 Código BR:410625	Atendimento de Demanda Judicial	30	Unitário	R\$	

LOTE 14 – adjudicado para [NOME DO ARREMATANTE, CNPJ E ENDEREÇO], representado por [NOME DO REPRESENTANTE, RG, CPF, QUALIFICAÇÃO, ENDEREÇO, EMAIL E TELEFONE], conforme quadro a seguir:

Lote 14	Descrição do Objeto	Exigências complementares	Quantidade	Unidade de medida	Preço Unitário Registrado	Validade da Ata
	Suplemento alimentar em pó, com adição de vitaminas e minerais, para maiores de 50 anos, sem sabor, MARCA: NUTREN SÊNIOR – NESTLE HEALTH SCIENCE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Atendimento de Ordem Judicial, Produto com Registro na ANVISA/MS, As características das embalagens devem obedecer às normas específicas da ABNT e MS, EMBALAGEM: Lata com 740g, UNID. DE MEDIDA: Unitário Código GMS:8921-66398	Atendimento de Demanda Judicial	552	Unitário	R\$	



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Protocolo nº **24.021.152-1**

Pregão Eletrônico nº **1668/2025**

– EDITAL (página 64 de 74)

Código BR:466567

LOTE 15 – adjudicado para [NOME DO ARREMATANTE, CNPJ E ENDEREÇO], representado por [NOME DO REPRESENTANTE, RG, CPF, QUALIFICAÇÃO, ENDEREÇO, EMAIL E TELEFONE], conforme quadro a seguir:

Lote 15	Descrição do Objeto	Exigências complementares	Quantidade	Unidade de medida	Preço Unitário Registrado	Validade da Ata
	Suplemento alimentar hiperproteico (25g de proteína ou mais em cada 100g de produto) em pó, com ou sem sabor, MARCA: Indeterminada, EMBALAGEM: Lata de 350g a 400g, produto com registro na ANVISA/MS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Atendimento de Ordem Judicial, UNID. DE MEDIDA: Unitário Código GMS:8921-91889 Código BR:432691	Atendimento de Demanda Judicial	336	Unitário	R\$	

LOTE 16 – adjudicado para [NOME DO ARREMATANTE, CNPJ E ENDEREÇO], representado por [NOME DO REPRESENTANTE, RG, CPF, QUALIFICAÇÃO, ENDEREÇO, EMAIL E TELEFONE], conforme quadro a seguir:

Lote 16	Descrição do Objeto	Exigências complementares	Quantidade	Unidade de medida	Preço Unitário Registrado	Validade da Ata
	Módulo, TIPO: Triglicerídeos de cadeia média com ácidos graxos essenciais, CONCENTRAÇÃO MÍNIMA: 96%, MARCA: Indeterminada, EMBALAGEM: Frasco de 250ml, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Atendimento de Ordem Judicial, Produto com Registro na ANVISA/MS, As características das embalagens devem obedecer às normas específicas da ABNT e MS, UNID. DE MEDIDA: Unitário Código GMS:8921-55697 Código BR:435201	Atendimento de Demanda Judicial	120	Unitário	R\$	

LOTE 17 – adjudicado para [NOME DO ARREMATANTE, CNPJ E ENDEREÇO], representado por [NOME DO REPRESENTANTE, RG, CPF, QUALIFICAÇÃO, ENDEREÇO, EMAIL E TELEFONE], conforme quadro a seguir:

Lote 17	Descrição do Objeto	Exigências complementares	Quantidade	Unidade de medida	Preço Unitário Registrado	Validade da Ata
	Módulo de proteína, TIPO: Em pó, COMPOSIÇÃO: À base de caseinato de cálcio, MARCA: Protein PT Prodiel, EMBALAGEM: Lata com 240g, as características das embalagens devem obedecer às normas específicas da ABNT e MS, produto com registro na ANVISA/MS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Atendimento de Ordem Judicial, UNID. DE MEDIDA: Unitário Código GMS:8921-88263 Código BR:403935	Atendimento de Demanda Judicial	144	Unitário	R\$	



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Protocolo nº **24.021.152-1**

Pregão Eletrônico nº **1668/2025**

– EDITAL (página 65 de 74)

LOTE 18– adjudicado para [NOME DO ARREMATANTE, CNPJ E ENDEREÇO], representado por [NOME DO REPRESENTANTE, RG, CPF, QUALIFICAÇÃO, ENDEREÇO, EMAIL E TELEFONE], conforme quadro a seguir:

Lote 18	Descrição do Objeto	Exigências complementares	Quantidade	Unidade de medida	Preço Unitário Registrado	Validade da Ata
	<u>Módulo, TIPO: Proteína. COMPOSIÇÃO: À base de proteína do soro do leite. CONCENTRAÇÃO MÍNIMA: 96%, MARCA: Fresubin Protein Powder. EMBALAGEM: Lata de 300g. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Atendimento de Ordem Judicial. Produto com Registro na ANVISA/MS. As características das embalagens devem obedecer às normas específicas da ABNT e MS. UNID. DE MEDIDA: Unitário</u> <u>Código GMS:8921-38654</u> <u>Código BR:442837</u>	Atendimento de Demanda Judicial	108	Unitário	R\$	

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA

3.1. Esta Ata de Registro de Preços, documento vinculante para o Contratado, terá a vigência de 1 (um) ano, podendo este prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que demonstrada a vantajosidade, com efeitos a contar da publicação do extrato da ata no **Portal Nacional de Compras Públicas**.

3.2. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

3.3. O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

CLÁUSULA QUARTA – COMPROMISSO DO FORNECEDOR

A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor(es) assume(m) o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, sujeitando-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA QUINTA – DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:

5.1 A Administração poderá revisar os preços registrados, mediante comprovações e justificativas, obedecido o disposto nos artigos 301 a 303 do Decreto Estadual nº 10.086, de 2022, bem como deverá proceder à atualização desses preços nos termos do art. 304 desse Regulamento Estadual.

5.1.1 A revisão e a atualização dos preços registrados na Ata depende de autorização da autoridade competente, devendo o órgão gerenciador promover as respectivas modificações, compondo novo quadro de preços registrados e disponibilizando-os no *site* oficial.

5.1.2 A atualização dos preços registrados será feita a partir da aplicação do índice **IPCA/IBGE**, tendo por termo inicial a data **do orçamento estimado 19/02/2026** desde que decorrido **1 (um) ano** desse marco temporal. Para as atualizações subsequentes à primeira, o termo inicial é contado do término do prazo inicial que motivou a primeira atualização.

5.1.2.1 O reajuste dos preços depende de pedido do fornecedor do item registrado, que deve ser protocolado até **trinta dias** antes do fim do período acima enunciado.

5.1.2.2 O transcurso do período citado no item **5.1.2**, **sem o requerimento do fornecedor, implica na concessão de apurada por procedimento próprio**.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR E DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS

6.1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

6.1.1. for liberado;

6.1.2. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;



6.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

6.1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

6.1.5. não aceitar o preço revisado pela Administração.

6.2 No cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.

6.3 O cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.

6.4 Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o órgão gerenciador realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

6.5 Do remanejamento de saldo entre órgãos ou entidades participantes da ata de registro de preços

6.5.1 As quantidades previstas para os itens com preços registrados na presente Ata poderão ser remanejadas entre os órgãos ou entidades participantes, nos termos do art. 307-A do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

6.5.2 O remanejamento será realizado exclusivamente entre órgãos ou entidades participantes, considerando-se participante também o órgão ou entidade gerenciadora que tenha estimado as quantidades que pretende contratar.

6.5.3 O remanejamento dependerá de :

I) solicitação formal do órgão ou entidade interessada;

II) autorização do órgão ou entidade gerenciadora;

III) anuência prévia da autoridade competente do órgão ou entidade que sofrerá a redução de quantitativos inicialmente informados.

6.5.4 Caso o remanejamento implique alteração do município de entrega ou execução, o fornecedor beneficiário deverá manifestar, no prazo fixado pela Administração, a aceitação ou recusa do fornecimento, observadas as condições originais da Ata.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

7.1.1 pelo decurso do prazo de vigência;

7.1.2 pelo cancelamento de todos os preços registrados;

7.1.3 por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e

7.1.4 por razões de interesse público, devidamente justificadas.

7.2 No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos do disposto no art. 307 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

CLÁUSULA OITAVA - DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO REGISTRO

Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente pela Administração, nos casos previstos na Cláusula Quinta, Sexta e Sétima desta Ata, com o devido registro no Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços - GMS e publicação do resumo no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

9.1 Constituem obrigações do Fornecedor:

9.1.1 assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, contados do recebimento da comunicação;

9.1.2. responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;

9.1.3. manter as condições de de habilitação;



9.1.4. manter atualizado seu cadastro no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, durante a vigência da presente ata.

CLÁUSULA DÉCIMA — DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE

10. Constituem obrigações do órgão participante, por meio de gestor próprio:

10.1. tomar conhecimento da ata de registro de preços e de suas eventuais alterações, com o objetivo de assegurar, quando de seu uso, o correto cumprimento de suas disposições;

10.2. emitir a ordem de compra no Sistema GMS, quando da necessidade da contratação, a fim de gerenciar os respectivos quantitativos na ata de registro de preços;

10.3. verificar a conformidade das condições registradas perante o mercado local, sobretudo em relação aos valores praticados, bem como assegurar-se que a contratação a ser feita ainda atenda aos seus interesses, informando ao órgão gerenciador eventuais desvantagens quanto à sua utilização;

10.4. zelar pelos atos relativos ao cumprimento das obrigações assumidas e aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações;

10.5. registrar no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Sistema GMS eventuais irregularidades detectadas e penalidades aplicadas, após o devido processo legal;

10.6. providenciar as publicações no Portal Nacional de contratações Públicas e no sítio eletrônico oficial do Estado do Paraná e do órgãos ou entidade demandante, quando couber.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES OU INGRESSANTES

Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, o órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata, observado o disposto nos arts. 314 e 316 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CADASTRO DE RESERVA

Consta na presente Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, conforme o previsto no § 4.º do art. 298 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – Foro Central de Curitiba – Estado do Paraná.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICIDADE

14.1 A ata de registro de preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no portal da internet www.comprasparaná.pr.gov.br.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

O Pregão Eletrônico nº **1668/2025** é realizado pelo Pregoeiro(a) **Deise Gebhard**, designado na Resolução n.º **1275/2025**, publicado no DIOE Executivo edição n.º **11951 de 25/07/2025**.

Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente ATA, que servirá de instrumento aos fins de contratação.

[SERVIDOR RESPONSÁVEL DO
ÓRGÃO GERENCIADOR]

Deise Gebhard
Pregoeira



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Protocolo nº **24.021.152-1**

Pregão Eletrônico nº **1668/2025**

– EDITAL (página 68 de 74)

FORNECEDORES

LOTE/ Item	CLASSIFICAÇÃO	RAZÃO SOCIAL	REPRESENTANTE LEGAL
01	1.º		
02	1.º		
03	1.º		



Anexo da Ata de Registro de Preços
Cadastro de Reserva

PROCESSO LICITATÓRIO PE 1668/2025

PROTOCOLO 24.021.152-1

FORNECEDOR			
CNPJ - NOME EMPRESA			
LOTE	VALOR UNITÁRIO REGISTRADO	CARACTERÍSTICAS	COLOCAÇÃO
X	R\$ xx,xx	xxxx	
X	R\$ xx,xx	xxxx	

FORNECEDOR			
CNPJ – NOME EMPRESA			
LOTE	VALOR UNITÁRIO REGISTRADO	CARACTERÍSTICAS	COLOCAÇÃO
X	R\$ xx,xx	xxxx	
X	R\$ xx,xx	xxxx	



ANEXO VIII
ANEXO À NOTA DE EMPENHO

NOTA DE EMPENHO NºXXXXXXXX

VALOR XXXXXXXX

1 DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO: Integra este instrumento o Edital de Pregão Eletrônico n.º 1668/2025, bem como os seus Anexos e o Descritivo da Proposta de Preços constantes do Protocolado n.º 24.021.152-1, independentemente de transcrição.

2. DO PAGAMENTO:

2.1 O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

2.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

2.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeiro Contratado pelo Estado, conforme o disposto no Decreto n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

2.3 O prazo estabelecido no item 2.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 13.4.1 das Condições Gerais do Pregão.

2.3.1. Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

2.3.2 As notas fiscais devem ser emitidas em nome do Fundo Estadual de Saúde, CNPJ 08.597.121/000174, Rua Piquiri 170, Rebouças, CEP: 80.230-140, Curitiba/PR, constando número da licitação, lote/item e validade dos produtos, para fins de rastreabilidade em estoque.

2.4 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX)$$

$$I = (6/100) \\ 365$$

$$I = 0,00016438$$

$$TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%.$$



3 DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR: o contratado deverá:

3.1 efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado do respectivo certificado de análise microbiológica emitido pelo fabricante e nota fiscal, na qual constarão as indicações descritas no item 1.4.8 deste termo de referência;

3.2 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

3.3 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

3.4 comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, **os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;**

3.5 indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

3.6 manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

3.7 guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

3.8 arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

3.8.1 alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

3.8.2 retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

3.8.3 aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

3.8.4 **manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;**

3.8.5 **a obrigação de o contratado cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, disposto no art. 92 inciso XVII da Lei Federal nº 14.133/2021**

4 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

4.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

4.2. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

a) multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Estadual 10.086/2022;

b) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Estadual 10.086/2022;

c) multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Estadual 10.086/2022;

4.3. O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Estadual 10.086/2022.

4.4. A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratado.

4.4.1. A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.



4.5. Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

4.6 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022, e na Lei n.º 20.656, de 2021.

4.7 Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 10.086, de 2022.

4.8 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná,.

4.9 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

4.10 As multas previstas neste edital poderão ser descontadas do pagamento eventualmente devido pelo contratante decorrente de outros contratos firmados com a Administração Pública estadual.

5 DOS CASOS DE EXTINÇÃO

5.1 O presente instrumento poderá ser extinto:

5.1.1 por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

5.1.2 de forma consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração; ou

5.1.3 por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

5.2 No caso de rescisão consensual, a parte que pretender rescindir o Contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.

5.3 Os casos de extinção contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa ao Contratado.

5.4 O Contratado, desde já, reconhece todos direitos da Administração Pública, em caso de extinção administrativa por inexecução total ou parcial deste contrato.

6 DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Este instrumento é regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022 e demais leis estaduais e federais pertinentes ao objeto do contrato, aplicando-se referida legislação aos casos omissos.

7 DO FORO: As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – PR, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



ANEXO IX
MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

XXXXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXXX, DECLARA, para os fins dispostos no Pregão Eletrônico n.º 1668/2025, sob as penas da Lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

() MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

() MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme parágrafo 1º do artigo 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 188, de 2021.

() COOPERATIVA, nos termos do Art. 34, da Lei Federal nº 11488/2007.

DECLARA ainda:

1. Que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

2. Que não extrapolou a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte no ano-calendário de realização da licitação, nos termos do § 2º do Art. 4º da Lei Federal nº 14.133/2021.

Local e data

Representante Legal



ANEXO X
DECLARAÇÃO LGPD.

XXXXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXXX, DECLARA, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como tem ciência de que:

1. Como condição para participar desta licitação e ser contratado(a), o(a) interessado(a) deve fornecer para a Administração Pública diversos dados pessoais, entre eles:
 - 1.1. aqueles inerentes a documentos de identificação;
 - 1.2. referentes a participações societárias;
 - 1.3. informações inseridas em contratos sociais;
 - 1.4. endereços físicos e eletrônicos;
 - 1.5. estado civil;
 - 1.6. eventuais informações sobre cônjuges;
 - 1.7. relações de parentesco;
 - 1.8. número de telefone;
 - 1.9. sanções administrativas que esteja cumprindo perante a Administração Pública;
 - 1.10. informações sobre eventuais condenações no plano criminal ou por improbidade administrativa; dentre outros necessários à contratação.
2. Essas informações constarão do processo administrativo e serão objeto de tratamento por parte da Administração Pública.
3. O tratamento dos dados pessoais relacionados aos processos de contratação se presume válido, legítimo e, portanto, juridicamente adequado.

Local e data

Representante Legal